Estado de Pernambuco

Ano XCVII • Nº 197

Poder Legislativo

Recife, sábado, 07 de novembro de 2020

Mensagem

MENSAGEM Nº 63/2020

Recife, 5 de novembro de 2020.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que viabiliza a continuidade de execução de subprojetos iniciados no âmbito do Projeto Pernambuco Rural Sustentável – PRS de que trata Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010, que autorizou o Estado de Pernambuco a contrair empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para sua implementação no âmbito do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - ProRural.

A proposição normativa ora encaminhada, que não se reveste de impacto financeiro-orçamentário, objetiva dar continuidade à execução e possibilitar a finalização dos subprojetos do PRS que, por força da pandemia em saúde pública decorrente do novo coronavírus, não puderam ser concluídos a tempo.

Ressalte-se que o Projeto Pernambuco Rural Sustentável foi iniciado no ano de 2012 e resultou no financiamento de duzentas e noventa e sete Organizações de Produtores Familiares nas áreas de produção e geração de renda e infraestrutura rural com efeitos muito positivos nas economias locais de centenas de municípios pernambucanos

Porém, desse total de convênios celebrados com as organizações de produtores, apenas vinte e seis subprojetos não se encerraram a tempo e, agora, poderão ter sua continuidade autorizada, desde que cumpram os requisitos definidos pelos coordenadores e supervisores do Programa, vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Agrário e ao próprio ProRural.

Considerada, portanto, a excepcionalidade e as dificuldades do momento vivido desde a deflagração da referida pandemia que impossibilitaram a finalização das ações de incentivo agrícola por parte de algumas organizações produtoras e dado o potencial de geração de renda de que se revestem, resta configurado o interesse social do Governo do Estado em viabilizar excepcionalmente o prosseguimento dessas ações para que possam atingir os respectivos objetivos socioeconômicos.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa egrégia Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua sideração, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

Deputado JOSÉ ERIBERTO MEDEIROS DE OLIVEIRA DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001644/2020

Autoriza a continuidade de execução de Rutaria a continuada de Caccação de Subprojetos iniciados no âmbito do Projeto Pernambuco Rural Sustentável – PRS, de que trata a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010 c., p. orroga em carater excepcional, a contratação por tempo determinado na situação que especifica. e, prorroga em caráter excepcional, a contratação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a continuidade de execução de subprojetos no âmbito do Programa Pernambuco Rural Sustentável -PRS, de que trata a Lei nº 14.145, de 1º de setembro de 2010, operacionalizados pelo Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - ProRural, a serem financiados com recursos do Tesouro Estadual mediante a celebração de novos instrumentos

§ 1º A autorização de que trata o caput somente se aplica aos subprojetos com instrumentos de convênio formalizados, cujos objetos não tenham sido concluídos antes do dia 30 de junho de 2020, observados ainda os requisitos a serem fixados em Portaria Conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA e do ProRural. (AC)

§ 2º Os Convênios a que se refere o § 1º deverão ser finalizados mediante Prestação de Contas pelos beneficiários e respectiva devolução de eventuais saldos financeiros existentes

Art. 2º A não Prestação de Contas pelo beneficiário ou a rejeição das contas prestadas impossibilitará a continuidade de

§ 1º Em ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no caput, o beneficiário será notificado para, em até 30 (trinta) dias, os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não

§ 2º O não ressarcimento ao Poder Público no prazo estipulado no §1º implicará a instauração de Tomada de Contas mos da legislação vigent

Art. 3º Os novos instrumentos de Convênio firmados com fundamento nesta Lei terão seus respectivos orçamentos e projetos revisados e seus planos de trabalho reformulados, observados os seguintes requisitos:

I - atualização de valor dos orçamentos dos projetos ao valor de mercado;

II - a descrição do seu objeto, devendo ser demonstrado o nexo entre as atividades ou projetos e as metas a serem atingidas;

III - a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados

IV - a definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas

Art. 4º Para fins de execução e de controle dos Convênios a serem celebrados com fundamento nesta Lei, de observadas no que couber as disposições contidas nos Capítulos VI, VIII, IX, X e XI do Decreto nº 44.474, de 23 e maio de 2017, bem como as normas complementares da Portaria Conjunta a que se refere o § 1º do art. 1º.

Art. 5º Fica autorizado ao Poder Executivo, por meio da autoridade competente, prorrogar, por até 12 (meses), os contratos por tempo determinado de que tratam o Decreto nº 41.169, de 15 de outubro de 2014, e a Portaria Conjunta SAD/SARA nº 100, de 30 de outubro de 2014, exclusivamente no caso de permanência da situação de excepcional interesse público, observadas, ainda a oportunidade e a conveniência administrativas

Art. 6º Os novos instrumentos conveniais serão firmados observando a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado em cada exercício e os respectivos valores globais de despesas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 06 de Novembro de 2020.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 8ª comissões,

Requerimentos

Requerimento Nº 002481/2020

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seia aprovado um PROTESTO pela atitude desrespeitosa e desumana e pela apologia ao crime de zoofilia cometido pela jornalista José Siqueira Barros Júnior, mais conhecido como Sikêra Júnior, e a equipe do Programa Alerta Nacional, da RedeTV, do qual é apresentador, ao veicular um caso de abuso sexual contra um animal. Ainda que desfocadas, as imagens mostravam o ato sexual cometido por um homem que foi flagrado por sua esposa, não sendo propícia a sua exibição, agravada pelo fato de ter sido feita em TV aberta e em horário inadequado.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento José Siqueira Barros Júnior, Jornalista do Programa Alerta Nacional da RedeTV.

O apresentador de televisão Sikêra Junior é conhecido por sempre tratar a notícia e seus envolvidos de forma pejorativa e com desdém. Recentemente, ele e a equipe do programa Alerta Nacional, da RedeTV, ultrapassaram os limites ao fazer, em rede nacional, apologia ao crime de zoofilia, ao exibir a deplorável cena de um flagrante de abuso sexual contra um animal.

Nas imagens, exibidas ao vivo e compartilhadas nas redes sociais do próprio jornalista, uma mulher batia em seu esposo após flagrá-

lo molestando um cavalo. Ao invés de repelir a atrocidade, o apresentador preferiu debochar do acontecimento e fazer apologia ao crime

Nas redes sociais, recebeu diversos comentários negativos e, mais uma vez, preferiu usar de deboche e falta de respeito com os seguidores que o alertaram sobre sua postura. Além de desrespeitar os direitos dos animais, Sikêra foi também ofensivo com algumas mulheres, respondendo-as que deviam "procurar o consolo do jumento" (sic.) e fazer uma "foto com o jumento no colo" (sic.), mostrando total desprezo pela figura feminina e pela vida do animal. É mais do que uma piada de mau gosto, pela qual ele nem mesmo fez questão de se desculpar, é um crime que precisa ser repudiado e punido, uma afronta à existência humana e animal.

Situações como essa não podem passar despercebida, motivo pelo qual é de extrema importância preservar o bem-estar do animal,

uma vez que essa atrocidade praticada ao animal é criminalizada no art. 32, da Lei de Crimes Ambientais de nº 9.605/98. Inclusive, a própria Constituição Federal, veda práticas que submetam os animais à crueldade, em seu art. 23, inciso VII, e ainda prevê, em seu

artigo 225, que é obrigação do Poder Público assegurar a defesa dos animais.

Diante do exposto, solicito dos nobres pares a aprovação, por unanimidade, do presente requerimento

Sala das Reuniões, em 23 de Outubro de 2020.

Romero Albuquerque

Requerimento Nº 002482/2020

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco,

Paulo Henrique Saraiva Câmara, 'pedido de informações', acerca de:

A) Quais foram os critérios utilizados para manter a suspensão das aulas presenciais, mesmo diante de um cenário de estabilização da Covid-19, tendo, inclusive, desativado quase que a totalidade dos hospitais de campanha, além de, por meio de decreto, o Governador ter liberado acesso as praias, restaurantes, shoppings, bem como eventos coorporativos com mais de cem pessoas, todos seguindo regras sanitárias, então o porquê das Escolas ainda permanecerem com as aulas suspensas?

Justificativa

Considerando a importância da Secretaria de Saúde, mormente no que tange à integração entre as ações do Estado e dos Municípios bem como neste momento de grande preocupação que vem se dando em torno do vírus COVID-19, as medidas adotadas estão dando efeito ao ponto do índice de casos no Brasil e no Estado de Pernambuco estarem diminuindo, o que propiciou a reabertura das praias, restaurantes, shopping e eventos coorporativos dentre outros, indaga-se o porquê das Escolas permanecerem com suas atividades

Na terça-feira, 15 de setembro, em reunião na Comissão de Educação e Cultura, foram debatidos a reabertura das Escolas e retornadas das aulas, tendo sido ouvido o Rodrigo Canuto, representante dos pais, a Cristiane Assis Santos, Diretora do Colégio Academia Cristã, André Gonçalves, da Educação do Campo, e os Deputados, onde foi possível concluir a necessidade do Estado e Secretaria de Saúde em esclarecer quais foram os critérios para manutenção da suspensão das aulas. No dia seguinte, quarta-feira, 16 de setembro, o Boletim da Secretaria de Saúde, aponta 120.068 pacientes recuperados da Covid-19, o que representa 86,6% do total de casos da doença. Entre os recuperados, 15.581 eram pacientes graves, que necessitaram de internamento hospitalar, e104.487 eram casos leves.

Foram 9(nove) óbitos de pacientes do sexo masculino e 10(dez) do sexo feminino. Os novos óbitos confirmados são de pessoas residentes nos municípios de Afogados da Ingazeira (1), Araripina (1), Bezerros (1), Garanhuns (1), Lajedo (1), Maraial (1), Olinda (2), Petrolina (3), Recife(5), São José do Belmonte (1), Serra Talhada (1) e Surubim (1).

Assim, os dados mostram que o quantitativo das pessoas acometidas pelo vírus estão sendo cada vez menor, não vendo o porquê de não adotar, como aconteceram com os outros seguimentos, a abertura das escolas e liberação das aulas, seguindo critérios sanitários, como outros munícipios, como, por exemplo, o município de Manaus, onde foram adotadas medidas de segurança, como sabão nas pias, álcool gel e medição de temperatura, por exemplo.

Logo, a providência ora requerida se insere na esfera de competência desta Casa, sendo pertinente e oportuno o seu escopo, em vista da atual conjuntura política e Social do Estado.

Sala das Reuniões, em 17 de Setembro de 2020.

DEFERIDO

Clarissa Tercio

Requerimento Nº 002483/2020

ades regimentais, que seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara, pedido de informações, quanto aos equipamentos médico-hospitalares que se encontravam nos hospitais de campanha, com a seguinte indagação:

A) Com o fechamento so referidos hospitais, para onde foram encaminhados os equipamentos?

B)Segundo reportagem do portal de notícias G1, de 24 de agosto de 2020, em resposta da Secretaria de Saúde de Recife, parte dos equipamentos estão temporariamente guardados em galpões caso algum hospital desativado precise voltar ativa, para o combate ao Covi-19. O Estado, por sua vez, o que fez com os equipamentos médico-hospitalares dos hospitais de campanha que estavam sob sua responsabilidade e que foram desativados?

CS) Foram realocados para algum depósito como no Recife, ou foram realocados para outros hospitais?

D) Se sim, para quais foram?

Justificativa

Considerando a importância da Secretaria de Saúde, mormente no que tange à integração entre as ações do Estado e dos Municípios, bem como neste momento de grande preocupação que vem se dando em torno do vírus COVID-19, que se alastra pelo mundo todo com alto índice de mortes, diariamente noticiados na mídia local, nacional e internacional, observa-se que as autoridades médicas vem buscando maneiras de conter a propagação do vírus até mesmo o seu controle de forma medicamentosa, o que vem surtindo efeito

com a redução das mortes e do contágio, concomitante ao processo de retomada das atividades costumeiras da população.

No entanto, diante das notícias de que a Prefeitura do Recife, também comandada pela Gestão do PSB, gastou aproximadamente 670 milhões de reais no combate ao coronavírus, entendemos ser coerente saber a destinação dos equipamentos médico-hospitalares comprados e mantidos em depósito pelo Estado, já que foram gastos milhões na compra, além de saber que ao invés de estarem em

outros hospitais estão guardados quando poderiam estar salvando vidas.

Logo, a providência ora requerida se insere na esfera de competência desta Casa, sendo pertinente e oportuno o seu escopo, em vista da atual conjuntura política e Social do Estado.

Sala das Reuniões, em 24 de Setembro de 2020.

DEFERIDO

Requerimento Nº 002484/2020

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, nos termos do artigo 216 do Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Governo do Estado, sobre o Decreto do Executivo nº 39.507/2013 com alteração pelo decreto nº 40.472/2014, com as seguintes informações:

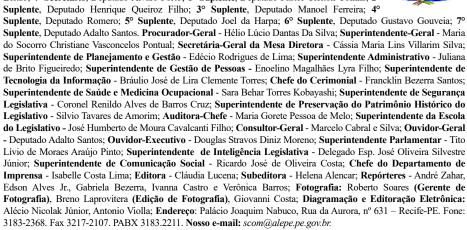
- 1 Para a Gestão atual do Governo de Pernambuco, o que significa o termo "Interesse Social"?
- 2 Cópia das plantas integrantes do Projeto Técnico específico, arquivadas na Companhia Estadual de Habitação de Obras de
- Pernambuco CEHAB, que se faz referência ao art. 3º do Decreto do Executivo nº 39.507/2013; 3 A construção do empreendimento habitacional de interesse social indicado no Decreto do Executivo nº 39.507/2013 e sua alteração foi concluída? Caso positivo, apresentar comprovações das construções realizadas e caso negativo o motivo da não realização;
- 4 Quais projetos de urbanização e regularização fundiária de interesse social foram realizados no local indicado pelo Decreto do Executivo nº 39.507/2013 e sua alteração?:
- Executivo nº 39.507/2013 e sua alteração atendem ao art. 15, alínea IV da Constituição do Estado de Pernambuco?; 6 Se existe quaisquer ônus ou gravames incidentes sobre o imóvel, ou negócios jurídicos como concessão, permuta, usufruto, locação, outorga ou qualquer outro instrumento jurídico que tenha como objeto o terreno de que trata os Decretos do Executivo nº 39.507/2013
- e sua alteração para pessoa física ou jurídica?
- 7- O Estado de Pernambuco tem alguma parceria oficial com a Construtora Tenda S.A.?; 8 Qual o valor venal do terreno de que se trata os Decretos do Executivo nº 39.507/2013 e sua alteração?; e 9 Qual o valor de mercado do terreno de que se trata os Decretos do Executivo nº 39.507/2013 e sua alteração.?

Justificativa

O pedido de informação visa ter esclarecimentos em relação aos resultados dos Decretos do Executivo n° 39.507/2013 e n° 40.472/2014.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1ª Vice-Presidente, Deputada Simone Santana; 2º Vice-Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Secretário, Deputado Clodoaldo Magalhães; 2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho; 3ª Secretária, Deputada Teresa Leitão; 4º Secretário, Deputado Álvaro Porto; 1º Suplente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 2º



Nosso endereço na Internet: http://www.alepe.pe.gov.br

Diante o exposto solicito o deferimento por parte do nobre Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Sala das Reuniões, em 14 de Outubro de 2020. Wanderson Florêncio

DEFERIDO

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado Pedido de Informação ao Excelentíssimo Senhor Paulo requerinos a wiesa, cuniprias as inimiandades regimentais, que seja enviado Fediad de Informação ao Excelentastino de Informação. Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco, e ao Ilustríssimo Senhor Marcelo Bruto, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, acerca da criação de um aterro localizado em São Lourenço da Mata, de acordo com o Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos, especificamente sobre:

Requerimento Nº 002485/2020

- 1. Informar em qual fase encontra-se a construção deste aterro:
- Informar en quan lase encontra-se a construção deste atendo. Informar se já foi publicado edital para licitação e em qual fase se encontra; Informar a previsão de recursos financeiros necessários para a construção do aterro;
- Informar previsão de entrega do novo aterro;

Justificativa

A ideia do Consórcio Metropolitano surgiu da necessidade dos municípios da Região Metropolitana de Recife se agruparem para apresentar propostas com planejamento e gestão integrada das ações referentes à destinação dos resíduos sólidos. Neste sentido, o estabelecimento do Consórcio é parte integrante do Programa de Metas 'Todos por Pernambuco', no seu componente equilíbrio, com geração de conhecimento e responsabilidade ambiental.

geração de comecumento e responsabilidade animental. Entre as medidas previstas no Consórcio, estava a criação de um aterro na parte oeste metropolitana, em São Lourenço da Mata. Isso seria uma forma de reduzir os custos com a destinação final dos lixos das cidades localizadas neste pedaço RMR. Uma vez que todos os resíduos sólidos da região são depositados em dois aterros privados e um público, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Igarassu,

Piante disso, o presente requerimento visa obter informações essenciais sobre a gestão de resíduos sólidas, assunto de extrema relevância para um futuro sustentável e que interfere diretamente no cotidiano e na qualidade de vida de cada cidadão. Aguardamos as informações solicitadas.

Sala das Reuniões, em 15 de Outubro de 2020.

DEFERIDO

Requerimento Nº 002486/2020

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Exmo. Sr. Alexandre Rebelo, Secretário Estadual de Planejamento e Gestão de Pernambuco, solicitando que seja apresentado relatório com as seguintes informações, acerca das emendas parlamentares impositivas da Lei Orçamentária Anual do ano de 2020:

- Valores das emendas já empenhadas por Deputado na LOA 2020;
 Valores das emendas pagas por Deputado na LOA 2020;
 Valores das emendas empenhadas e pagas por Secretaria.

No papel de Fiscais do poder Executivo, cabe-nos solicitar ao Governo Estadual a apresentação dos documentos e justificativas que nos permitam analisar a correta aplicação dos recursos públicos, avaliando a sua eficiência, eficácia e efetividade no alcance dos resultados planejados.

Considerando que segundo a nova redação do Art. 123-A da Constituição Estadual, aprovada pela PEC 47, em novembro de 2019, nesta Casa "É obrigatória a execução, de forma equitativa, dos créditos constantes da Lei Orçamentária Anual, resultantes de em

. Considerando que até o momento não foi dada públicidade a execução das emendas parlamentares impositivas a LOA 2020, de forma a avaliarmos o cumprimento dos preceitos constitucionais vigentes no Art. 123-A; Considerando que no exercício das nossas prerrogativas, previstas no Art. 29 da Constituição Estadual: "A fiscalização contábil,

financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta e fundacional, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo,... § 1º A fiscalização mencionada neste artigo incidirá sobre os aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas", é que encontramos o respaldo legal para o Pedido de Informações, ora apresentado

Dessa forma, solicito o apoio de meus Pares neste Pedido de Informações, para que possamos efetivamente obter o panorama da Dessa forma, sociale o apoido de nieura rates nesas redudo de informações, para que possantos entivamente obter o parioriana da execução das emendas paralmentares da LOA 2020, avalinado se sua execução atende aos principios da Lei Estadual, alterada pela PEC 47/2019, de forma equitativa, igualitária e impessoal, independentemente da autoria, permitindo-nos o exercício pleno de nossa competência Legislativa.

Sala das Reuniões, em 19 de Outubro de 2020.

DEFERIDO

Pareceres

PARECER Nº 4144

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 02/2020 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 212/2019 JUNTAMENTE COM A SUBEMENDA Nº 01/2020

Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco Autoria do Projeto de Lei: Deputado Waldemar Borges Autoria do Substitutivo: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça Autoria da Subemenda: Comissão de Administração Pública

> Parecer ao Substitutivo nº 02/2020, que altera a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019. que passa a alterar a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, a Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal – EPTI, e a Lei nº 15.177, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Taxa de dezenirol de 2013, que disposoble a fana de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos -Taxa FUSP, relativa à fiscalização da prestação do serviço de transporte coletivo, de interesse público, de fretamento e à licença e vistoria dos veículos utilizados nesse transporte, considerando

os termos da Subemenda nº 01/2020. Pela aprovação, conforme substitutivo deste colegiado.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 02/2020, oriundo da veni a esta comissado de minigas, organismo e minutação, para analise e emissado de patecer, o substitutivo in 2022/202, organizado e Consistituição, Legislação e Justiça, juntamente com a Subemenda nº 01/2020, apresentada pela Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges.

A proposta pretende alterar a Lei nº 16.205/2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, para adequá-la às

necessidades do sequimento dos microempreendedores de transportes turísticos e executivos de passageiros de Pernambuco.

Também promove alterações pontuais na Lei nº 13.254/2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI); e na Lei nº 15.177/2013, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (Taxa FUSP).

De início, cabe relembrar que o projeto original já foi apreciado por esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação e recebeu parecer favorável à sua aprovação

Em seguida, o próprio autor da propositura apresentou o Substitutivo nº 01/2020, que não chegou a ser apreciado.

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça apresentou, então, o Substitutivo nº 02/2020, agora em análise. Ele preserva a essência do projeto inicial, mas promove diversas alterações e acréscimos de dispositivos em relação à matéria que já havia sido aprovada por este colegiado.

Dentre as mudanças propostas à redação da Lei nº 16.205/2017, podem-se destacar:

- Adiciona os incisos V e VI ao art. 3º para tratar, respectivamente, do serviço de fretamento próprio realizados por empresas para seus funcionários ou alunos, sem contraprestação financeira, e do fretamento de alunos prestado por pessoa jurídica de direito público ou por empresas por ela contratadas.
- Adiciona § 3º ao art. 3º para prever que, exclusivamente em relação ao serviço de fretamento turístico, a prestação poderá ocorrer também por meio das modalidades utilitário e automóvel, com capacidade para seis a oito passageiros, exclusive o
- Altera e acrescenta diversos incisos ao art. 5º, de forma a atualizar as exigências documentais para obtenção do Certificado de Registro Cadastral (CRC).
- de Negisirio Cadastaria (CIVC).

 Altera o art. 11 para definir que deverão ser submetidos a vistorias em periodicidade anual: os veículos com registro em CRLV tipo ônibus, micro-ônibus ou microbus, com até quinze anos da data de fabricação; e os veículos tipo automóvel com
- capacidade para sete pessoas, com até cinco anos de fabricação. Adiciona dispositivo no art. 14 para prever que os veículos cadastrados deverão apresentar rastreador ou GPS, ficando
- Altera a redação do art. 15 para melhor definir os valores mínimos do Seguro de Responsabilidade Civil, acrescentandose, além das já existentes, cobertura mínima de R\$ 100.000,00 para veículos tipo automóvel; R\$ 13.000,00 por morte, por passageiro; R\$ 5.000,00 por invalidez, por passageiro; e R\$ 50.000,00 por danos a terceiros.

 • Aumenta de 40% para 50% o limite de veículos da frota da autorizatária do serviço de fretamento intermunicipal nas
- Modifica de se arrendamento, comodato ou aluguel, previsto no § 2º do art. 18.
 Modifica o art. 28 com o intuito de diminuir o valor da multa por infração gravíssima de R\$ 3.900,00 para R\$ 2.900,00.
 No § 1º do art. 37, estabelece o limite de tempo de espera de duas horas para a continuidade da viagem, nos casos em
- que a autoridade fiscalizadora requisite a substituição do veículo pela empresa autorizatária

aliza atualizações no Anexo I da Lei nº 16.205/2017, que trata da classificação da gravidade das infrações em: leves,

moderadas, graves e gravíssimas. Em relação à Lei nº 13.254/2007 propõe ajuste pontual na redação do inciso VII do art. 14, de forma a acrescentar, dentre as competências de disciplinar e fiscalizar da EPTI, a modalidade de fretamento próprio.

Por fim, o substitutivo promove alterações nos anexos da Lei nº 15.177/2013. No Anexo I, aumenta o valor base da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (Taxa FUSP-F) de R\$ 38,00 para R\$ 40,45, por veículo. Ademais, ajusta o Anexo II para fazer menção aos veículos tipo automóvel, com valor da Taxa de Licença e Vistoria de Veículos Automotores (FUSP-LV) por evento definido em R\$ 136,98. Durante a análise do mérito da matéria, a Comissão de Administração Pública propôs dois ajustes pontuais no texto do Substitutivo nº 02/2020, por meio da Subemenda nº 01/2020.

De um lado, ela altera a redação proposta para o § 4º do art. 3º da Lei nº 16.205/2017, de forma a aumentar a exigência de uso de um para ao menos dois veículos próprios pela empresa que realizar fretamento intermunicipal na modalidade ônibus, excetuando-se o Fretamento Social

De outro, adiciona parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 16.205/2017 com o intuito de estabelecer o prazo de dois anos para a adaptação dos veículos de até sete passageiros para se adaptar às exigências previstas na nova legislação

A proposição vem arrimada no artigo 19, caput, da Constituição Estadual e nos artigos 194, inciso I, e 205 do Regimento Interno desta

Compete a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação emitir parecer sobre proposições que envolvam matéria trit financeira, consoante os artigos 93 e 96 regimentais.

O Substitutivo nº 02/2020, em análise, foi apresentado no período de interstício, conforme disciplina o inciso II do artigo 209, também do Regimento. Durante o seu exame pela Comissão de Administração Pública, originou-se a Subemenda nº 01/2020, também em

comento.

Convém registrar, mais uma vez, que o projeto de lei que está sendo alterado já recebeu avaliação favorável por parte deste colegiado quando da sua apreciação, conforme se infere do Parecer nº 2.063/2020, publicado no dia 20 de fevereiro de 2020, cujos termos permanecem válidos.

. A detalhada análise das modificações propostas pelo Substitutivo nº 02/2020 e pela Subemenda nº 01/2020 não indica a criação expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, nas palavras do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Mesmo a redução do valor da multa para infrações gravíssimas não se enquadra no conceito de renúncia de receita, conforme estabelecido no art. 14 da LRF, que trata expressamente da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de <u>natureza tributária</u>. Por outro lado, há a perspectiva de efeito positivo compensatório em relação à arrecadação pública, uma vez que as alterações dos Anexos I e II da Lei nº 15.177/2013 implicam, respectivamente, na majoração da taxa FUSP-F e em nova categoria de cobrança da Taxa

Não obstante, mostra-se necessária a apresentação de um novo substitutivo, a fim de promover adequações pontuais no texto da proposta, todas no âmbito da Lei nº 16.205/2017. De forma sucinta, o substitutivo aqui proposto trata de

- Incluir novo parágrafo ao art. 3º de forma a prever que as empresas cadastradas na EPTI que prestam serviço de nanspone regular intermunicipal de passageiros, poderão destinar ao serviço de Fretamento Intermunicipal, até dez por cento da frota cadastrada no Transporte Regular.

 ● Promover adequações redacionais nos incisos XIII e XV do art. 5°, bem como exclui o inciso XVII que havia sido acrescido pelo Substitutivo nº 02/2020.

 ■ Potiera a servição de Fretamento Intermunicipal, até dez por cento da frota cadastrada no Transporte Regular.
- Retirar a revogação do art. 48, que havia sido proposta no Substitutivo nº 02/2020. Este dispositivo traz a previsão de que lei em questão deve ser regulamentada, no que couber, por meio de Decreto Estadual do Governador do Estado de

"Art 1º

SUBSTITUTIVO Nº 3/2020, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 212/2019

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019

Artigo Único. O Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019 passa a ter a seguinte redação

Altera a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, a Lei nº Altera a Let II^{*} 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e a Lei nº 15.177, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos - Taxa FUSP, relativa à fiscalização da prestação do serviço de transporte coletivo, de interesse público, de fretamento e à licença e vistoria dos veículos utilizados nesse transporte, a fim de atualizar dispositivos em seu texto.

rt. 1º A Lei nº 16.205	, de 24 de novembro de 2017, p	passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 2º O fretamento intermunicipal será prestado exclusivamente por veículos da categoria aluquel, p	revista r

na alínea "d' do inciso III do art. 96 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. (AC)

– Poder Legislativo	Ano XCVII • Nº 197 − 3
3° O disposto no § 2° não se aplica à modalidade de fretamento a que se r Art. 3°	refere o inciso IV e V do art. 3°." (AC)
 fretamento turístico: serviço de transporte de passageiros contratado por p npresso e legível, para apenas uma viagem, com usuários e destino previar egistrado no sistema de cadastro de pessoa jurídica vinculado ao Ministério 	mente definidos, com prestador do serviço do Turismo - Cadastur; (NR)
 / - fretamento social: serviço de transporte de passageiros prestado direta ireito público ou entidade filantrópica reconhecida por legislação própria nanceira dos passageiros e com usuários que disponham de vínculo facil íagens periódicas, sempre com destinos previamente definidos; (NR) 	e exclusivamente por pessoa jurídica de com frota própria, sem contraprestação
 retamento próprio: serviço de transporte de passageiros, prestado devidamente identificado com nome da empresa), sem contraprestação folaboradores, alunos e prestadores de serviço, este último quando compros s partes; (AC) 	financeira, restrito aos seus funcionários,
I - fretamento de TFD (tratamento fora do domicílio): prestado por pessoa ji or ela contratadas, desde que estejam devidamente cadastradas na EPTI; e	
II - fretamento de alunos (exceto escolar, conforme legislação específica úblico ou por empresas por ela contratadas, desde que estejam devidamen	te cadastradas na EPTI. (AC)
2º A identificação dos passageiros, será feita mediante apresentação de assageiros ou outra forma de identificação de vínculo com o contratante, no	
3º Exclusivamente em relação ao serviço de fretamento turístico previsto no correr não apenas através de veículos das modalidades ônibus, micro-ônibu utomóvel com capacidade para 07 (sete) pessoas. (AC)	
4º Ressalvada a hipótese do inciso IV do art. 3º desta Lei, as empresas que e fretamento, utilizando veículo tipo ônibus, deverão destinar no mínimo 02 erviço de fretamento intermunicipal, observado o § 2º do art. 18, desta Lei.	(dois) veículos próprios para prestação de
5º As empresas cadastradas na EPTI e que prestam serviço de Transpor oderão destinar ao serviço de Fretamento Intermunicipal, até 10% (dez por tegular." (AC)	
Art. 5°	
 registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatute egistrado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no case e documentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatu e diretoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de dir irigente; (NR) 	so de sociedade por ações, acompanhado to, no caso de sociedades civis, de prova
rIII - certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justi segunda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial exp ırídica; (NR)	
IIII - quando do cadastramento dos veículos para realização de serviço brigatoriamente, apresentar declaração informando que seus condutor elativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menor	es não possuem condenação criminal,
IV - as cooperativas que possuírem prestação de serviços de transportes of presentar declaração informando que seus cooperados não possuem conde ertidões negativas das instâncias judiciais, relativamente aos crimes de henores; (AC)	nação criminal, mediante apresentação de
V - os antecedentes exigidos no inciso XIV deverão ser emitidos pela Justiç ederal; e, (AC)	ça Estadual de Pernambuco e pela Justiça
IVI - as empresas que se cadastrarem para fazerem os serviços previsto tividade exclusiva de turismo; (AC)	os no inciso II do art. 3º deverão prestar
3º As cooperativas de transporte prestadoras de serviço de fretamento interediadas em Pernambuco e registradas na Organização das Cooperativas ICB/PE." (NR)	
Art. 6º O CRC será fornecido no prazo de até 30 (trinta) dias, con ubsequente à data do protocolo do requerimento, quando instruído com a esta Lei. (NR)	a documentação a que se refere o art. 5º
3º Constatada deficiência documental na instrução do requerimento domplementar os documentos no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, sob pena	lo CRC, a requerente será notificada a
Art. 8° O CRC terá validade por 1 (um) ano, a partir da data de sua emissã eguro prevista no art. 15, devendo ser renovada com antecedência mínima ena de cancelamento. (NR)	
Art. 9º Os veículos automotores utilizados na prestação do serviço de freta istoria, após o pagamento da Taxa FUSP-LV, de que trata a Lei nº 15.177, d Autorização para Tráfego de Veículo. (NR)	
1º A autorizatária deverá apresentar, no momento da solicitação da vistori necânico devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Engenha egulamentados em decreto, apólice de seguro em conformidade com es lepartamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE e a Taxa	ria e Agronomia - CREA, nos termos sta Lei, certidão negativa expedida pelo
$2^{\rm o}$ Estarão autorizados os veículos tipo automóveis com capacidade para $^{\rm o}$." (NR)	7 (sete) pessoas, prevista no art. 3º inciso
Art. 10. O Cartão de Autorização de Tráfego de Veículo, após a vistoria, d rinta) dias úteis." (NR)	leverá ser fornecido pela EPTI em até 30
Art. 11. As vistorias em veículos utilizados na prestação de serviços de fretan (um) ano, admitindo-se apenas solicitações de vistoria para: (NR)	nento deverão observar a periodicidade de
- veículos com registro em CRLV tipo ônibus, micro-ônibus e microbus, com a NR)	
 veículos do tipo automóvel com capacidade para 07 (sete) pessoas, com NR) 	

Parágrafo único. Em relação aos veículos de que trata o inciso II, serão aceitas, até 31 de outubro de 2022, solicitações

oria para veículos com, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação." (AC)

"Art. 12.

"Art. 25. O Auto de Infração deverá conter, obrigatoriamente: (NR)

§ 1º Quando não puder ser feita a identificação do condutor/infrator, admitir-se-á a aplicação da multa por: imagem, rastreador, GPS ou qualquer outra forma que permita a identificação do veículo e infração cometida; (NR)

§ 2º Formalizado o Auto de Infração, a 2ª (segunda) via será remetida à infratora no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, sendo o processo remetido ao Diretor-Presidente da EPTI para decisão. (NR)

§ 3º A decisão sobre o processo de defesa do auto de infração deverá ser comunicada em até 60 (sessenta) dias, pessoalmente ou através de aviso de recebimento-AR. (NR)

 \S 4º Do trânsito em julgado da decisão administrativa de que trata o art. 25, deverá a autuada recolher a multa no prazo de até 15 (quinze) dias." (AC)

XCVII • № 197	Diário Oficial do Estado de Perno	ambuco – Poder Legislativo Re	ecife, 07 de novembro de 2020
§ 2º Para veículo tipo automóvel com capacidade par de extensão acoplado ao veículo." (AC)	ra 07 (sete) pessoas é proibido uso de carroceria tipo reboque, carro	"Art. 28	
"Art. 14. Os veículos utilizados no fretamento intermo	unicipal deverão: (NR)	III - graves: R\$ 900,00 (novecentos reais); e, (NR)	
I - apresentar, na parte externa, adesivo em conform	nidade com layout fornecido pela EPTI; (NR)	IV - gravíssimas: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)." (NR)
II - apresentar na parte interna, em local visível conformidade com layout fornecido pela EPTI; (NR)	aos usuários, orientações para denúncias e informações, em	"Art. 29-A. O veículo apreendido será recolhido ao depósito e órgão ou entidade competente, com ônus para o seu proprietá	
III - ser envelopados, com modelo fornecido pela El (sete) pessoas; e, (AC)	PTI, no caso de veículos tipo automóvel, com capacidade para 07	Parágrafo único. A restituição do veículo apreendido somente o despesas com transbordo de passageiros, remoção e estadia.	
IV - apresentar rastreador ou GPS nos veículos cad pela EPTI, durante todo o prazo da validade do cada	lastrados, ficando disponíveis as informações online para consulta	"Art. 30	
	intermunicipal devem contratar Seguro com cobertura de	§ 1º A autorizatária que sofrer pena de suspensão ou cancelam prazo, desde que tenha sanado as irregularidades que gerarar	m a medida de restrição. (NR)
I - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para ônibus	; (NR)	"Art. 31. A reincidência de infrações sancionadas com suspe	
II - R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para micro-ô	nibus, microbus e minibus; (NR)	aplicação da sanção, ensejará a majoração do prazo de susp prazo originariamente fixado." (NR)	ensão ou cancelamento do CRC, ilmitado ao dobro do
III - R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) par (AC)	ra veículo tipo automóvel, com capacidade para 07(sete) pessoas;	"Art. 34	
IV - R\$ 13.000,00 (treze mil reais) por morte, por pa	ssageiro; (AC)	IV - subcontratação para a prestação do serviço, das empresas	
V - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por invalidez, por p	assageiro; e, (AC)	"Art. 35. A autorizatária que utilizar o CRC para prática de qual	
VI - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos a	terceiros. (AC)	foi autorizada terá seu CRC cassado, sem prejuízo da respons	
"Art. 16		§ 1° A autorizatária deverá realizar o cadastramento em modal	idade específica. (AC)
Parágrafo único. As autorizatárias com estabelecime	ento matriz no Estado de Pernambuco que adquirirem veículos zero ste artigo no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias)." (NR)	§ 2° A autorizatária poderá cadastrar-se em mais de uma modal (AC)	idade, observadas as restrições para cada um dos tipos."
	nto ou o aluguel de veículos para a prestação do serviço de	"Art. 37	
fretamento intermunicipal, observadas as disposiç de 2010. (NR)	ções contidas na Resolução Contran nº 339, de 25 de fevereiro	§ 1º Caso haja necessidade de a autoridade fiscalizadora e priorizada, obrigatoriamente, a substituição da condução por ou locado. (NR)	
	de até 50% (cinquenta por cento) para as empresas com frota própria ara o número inteiro superior em caso de fração decimal. (NR)	 a) o tempo de espera será de, no máximo, 2 (duas) horas; a veículo providenciado pela autoridade fiscalizadora. (AC) 	pós esse tempo, os passageiros serão conduzidos por
§ 2º Não se aplicará o disposto no parágrafo anterio com capacidade para 07 (sete) pessoas. (NR)	r para o Fretamento Turístico, realizado por veículo tipo automóvel,	§ 2º Caso não seja possível realizar a substituição nos term fiscalizadora requisitar veículo de outro transportador, ficando,	
	do comprovado de que se trata de empresas do mesmo grupo s de habilitação da empresa não cadastrada, com apresentação do em comum. (NR)	custos e seu veículo será liberado apenas após a comprovaçã § 3º O serviço de socorro, decorrente de acidente ou avaria	o do pagamento do serviço requisitado. (NR) a do veículo, somente poderá ser prestado por veículo
§ 4º Os veículos cooperados devem ter registro no 0	CRLV que comprovem o vínculo com a cooperativa." (AC)	habilitado e regularmente registrado nos termos desta Lei. (NR § 4º A restituição do veículo apreendido somente ocorrerá n	,
	"CAPÍTULO III AÇÃO DE VIAGENS" (NR)	procurador legalmente habilitado." (AC)	lediante recibo emitido pelo proprietano do verculo od
	e a prestação do serviço, o CRC - Certificado de Registro Cadastral	"Art. 48. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente l	_ei no que couber." (NR)
e o pagamento da Taxa FUSP-F, além dos documen	, ,	Art. 2º O inciso VII do art. 14 da Lei nº 13.254, de 21 de junho de 20	
I - no fretamento eventual, próprio e de alunos: (NR)		"Art. 14	
II - no fretamento contínuo e TFD: (NR)	autorizatárias, exceto quando o serviço for prestado por pessoa	VII - disciplinar e fiscalizar o serviço de interesse público de Tratamento Fora do Domicílio - TFD e alunos, executado por p	essoa jurídica. (NR)
jurídica de direito público. (NR)	radiorizatarias, execto quanto o serviço foi presiduo poi pessoa	Art. 3° Os arts. 5° e 10 da Lei n° 15.177, de 11 de dezembro de 201	
III		"Art. 5º É contribuinte da Taxa FUSP-F a pessoa física ou jurí	dica que explore ou que venha a explorar, por meio de
	l jurídica de direito público ou por dirigente estatutário da entidade observa o disposto no inciso IV do art. 3º desta Lei. (NR)	autorização, o serviço de transporte intermunicipal comple modalidades, exceto a social, prevista no inciso IV do art. 3º da	a Lei nº 16.205 de 24 de novembro de 2011." (NR)
IV - no fretamento turístico: (AC)		"Art. 10. É contribuinte da Taxa FUSP-LV a pessoa jurídica auto de transporte coletivo intermunicipal, nas modalidades regular,	
a) relação de passageiros de ida e volta, contendo o	nome e o número do documento de identificação com foto; (AC)	Art. 4º O Anexo I da Lei nº 16.205, de 2017 passa a vigorar nos terr	nos do Anexo I desta Lei.
b) origem e destino da viagem; (AC)		Art. 5º Os Anexos I e II da Lei nº 15.177, de 2013, passam a vigora Lei.	r nos termos dos Anexos II e III, respectivamente, desta
c) itinerário da viagem; (AC)		Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
d) dia da partida e do retorno da viagem; (AC)		Art. 7º Revogam-se o § 2º do art. 6º, os incisos I, II e o parágrafo úr	nico do art. 10, as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 11,
e) horário da partida e do retorno da viagem; e, (AC f) para veículos tipo automóvel, com canacidade r) para 07 (sete) pessoas, além dos documentos acima, a lista de	as alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 11, o parágrafo único do art. 1 todos da Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017.	
passageiros deverá apresentar a autorização para e	ssa viagem, emitida pela EPTI. (AC)	ANEXO I	
	mento, mensalmente, para o dia 10, iniciando a partir da obtenção	"ANEXO I DA LEI № 1	6.205/2017
do cartão de Autorização para tráfego de veículo." (A "Art. 23	AC)	INFRAÇÕES (I	JR)
		a) deixar de utilizar informativos internos e adesivos externos dispos	stos nesta Lei e em Resolução da EPTI;
III - suspensão do CRC, por 90 (noventa) dias; e, (N		b) deixar de portar o CRLV do veículo; e,	
IV - cancelamento do CRC, por 180 (cento e oitenta	, , ,	c) deixar de informar a retirada de operação de veículo cadastrado i	na frota;
	o serviço de fretamento intermunicipal por autorizatária com CRC nciso IV deste artigo, a autorizatária deverá solicitar novo CRC." (NR)	II - MODERADAS:	

- a) deixar de providenciar o transporte dos usuários, nos casos de interrupção da viagem;
- b) utilizar paradas de ônibus do sistema regular de transporte coletivo de passageiros para embarque e desembarque de passageiros;
- c) utilizar em serviço veículos sem os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro ou por este Regulamento;
- d) não atender as notificações e aos prazos estabelecidos pela EPTI na prestação de informações técnicas, operacionais e financeiras/contábeis;
- e) transportar encomendas ou mercadorias que caracterizem a atividade comercial ou não faça parte da bagagem dos passageiros; e,
- f) transportar passageiros que não estejam relacionados na listagem de identificação dos mesmos;

III - GRAVES:

- a) manter em serviço o veículo cuja retirada de operação tenha sido determinada pela EPTI;
- b) utilização de terminais rodoviários nos pontos extremos e no percurso da viagem
- c) opor-se à fiscalização ou desacatá-la;
- d) sublocar o serviço de fretamento por empresa não cadastrada; e,
- e) transportar passageiro em pé ou acima da capacidade do veículo;

IV - GRAVÍSSIMAS:

- a) fraudar documentos emitidos pela EPTI;
- b) realizar o Servico de Fretamento sem obtenção do Certificado de Registro Cadastral ou com o mesmo vencido:
- c) dar partida ao veículo durante a operação de embarque e desembarque dos passageiros ou transitar com a porta aberta;
- d) realizar o Serviço de Fretamento sem portar Licença para Realização de Viagem ou Autorização para Tráfego de Veículos;
- e) manter em serviço o veículo cuja retirada de operação tenha sido determinada pela EPTI;
- f) realizar vendas e emissões de passagens individuais;
- g) transportar passageiros sem seguro de responsabilidade civil, com o mesmo vencido ou com atraso em seu pagamento;
- h) utilizar em operação veículos em condições deficientes de ordem mecânica, elétrica ou de carroceria, com risco comprovado de segurança.
- i) realizar viagens com rastreador ou GPS desligado, sem rastreador ou GPS instalado ou ainda com informações indisponíveis pela internet;
- j) Ausência de envelopamento de veículo, para veículo tipo automóvel, com capacidade para 07 (sete) pessoas;"

ANEXO II "ANEXO I DA LEI Nº 15.177/2013 (NR)

O valor da Taxa FUSP-F será calculado pela aplicação da seguinte fórmula: NV x R\$ 40,45 (quarenta reais e quarenta e cinco centavos)

Sendo: NV = Número de Veículos'

ANEXO III "ANEXO II DA LEI Nº 15.177/2013 (NR)

Tabela de Valor da Taxa FUSP-LV	Tipo de Veículo	Valor por evento fixado em Real (R\$)
I	Veículo registro tipo ônibus.	200,00
II	Veículo registro tipo micro-ônibus, microbus, minibus.	150,00
III	Veículo tipo automóvel com capacidade para 07 (sete) pessoas	136,98

Portanto, considerando a inexistência de conflitos com a legislação pertinente, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Substitutivo nº 02/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e da Subemenda nº 01/2020, oriunda da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges, nos termos do Substitutivo acima apresentado.

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação declara que o Substitutivo nº 02/2020 e a Subemenda nº 01/2020, ao Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, estão em condições de serem aprovados, conforme Substitutivo deste

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, 30 de setembro de 2020.

Aluísio Lessa Presidente

Favoráveis

Henrique Queiroz Filho José Queiroz Tony Gel Antonio Coelho (**relator**) Isaltino Nascimento Antonio Moraes

(REPUBLICADO)

PARECER Nº 004349/2020

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, já aprovado em segunda e última discussão, e de acordo com o art. 109 do Regimento Interno, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Altera a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, a Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambucon, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e a Lei nº 15.177, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos Taxa FUSP, relativa à fiscalização da prestação do serviço de transporte coletivo, de interesse público, de fretamento e à licença e vistoria dos veículos utilizados nesse transporte, a fim de atualizar dispositivos em seu texto.

ΝI.	1- A Lei n- 16.205, de 24 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações.
	"Art. 1º
	§ 2º O fretamento intermunicipal será prestado exclusivamente por veículos da categoria aluguel, prevista na alínea "d" do inciso III do art. 96 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. (AC)

	O disposto no § 2º não se aplica à modalidade de fretamento a se refere o inciso IV e V do art. 3º." (AC)
	3°
impi regi:	etamento turístico: serviço de transporte de passageiros contratado por pessoa jurídica ou física, mediante co esso e legível, para apenas uma viagem, com usuários e destino previamente definidos, com prestador do se trado no sistema de cadastro de pessoa jurídica vinculado ao Ministério do Turismo - Cadastur; (NR)
dire fina	fretamento social: serviço de transporte de passageiros prestado direta e exclusivamente por pessoa jurídi o público ou entidade filantrópica reconhecida por legislação própria com frota própria, sem contrapres ceira dos passageiros e com usuários que disponham de vínculo facilmente identificável, para uma viage ens periódicas, sempre com destinos previamente definidos; (NR)
(de\ cola	fretamento próprio: serviço de transporte de passageiros, prestado por pessoa jurídica com frota p damente identificado com nome da empresa), sem contraprestação financeira, restrito aos seus funcion poradores, alunos e prestadores de serviço, este último quando comprovada por meio de contrato expresso artes; (AC)
	retamento de TFD (tratamento fora do domicílio): prestado por pessoa jurídica de direito público ou por emp ela contratadas, desde que estejam devidamente cadastradas na EPTI; e, (AC)
	fretamento de alunos (exceto escolar, conforme legislação específica): prestado por pessoa jurídica de o co ou por
emp	esas por ela contratadas, desde que estejam devidamente cadastradas na EPTI. (AC)
	A identificação dos passageiros, será feita mediante apresentação de crachá, de farda, de voucher, de lis ageiros ou outra forma de identificação de vínculo com o contratante, no ato da fiscalização. (NR)
oco	Exclusivamente em relação ao serviço de fretamento turístico previsto no inciso II deste artigo, a prestação p rer não apenas através de veículos das modalidades ônibus, micro-ônibus, mas, também, por meio do veícul móvel com capacidade para 07 (sete) pessoas. (AC)
de f	Ressalvada a hipótese do inciso IV do art. 3º desta Lei, as empresas que desejarem se cadastrar para os se etamento, utilizando veículo tipo ônibus, deverão destinar no mínimo 02 (dois) veículos próprios para prestaç ço de fretamento intermunicipal, observado o § 2º do art. 18, desta Lei. (AC)
pod	As empresas cadastradas na EPTI e que prestam serviço de Transporte Regular Intermunicipal de passag rão destinar ao serviço de Fretamento Intermunicipal, até 10% (dez por cento) da frota cadastrada no Trans
-	ılar." (AC)
	5°
"Art. I - regide de de de poss	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR)
"Art. I - reginde of de of possions VIII (segjurio	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da
"Art. I - regide of opose VIII (segjurío	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) - certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR)
"Art. I - re regi: de c de c pos: VIII (seg juríc XIII abri apre certi	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) — certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR) — quando do cadastramento dos veículos para realização de serviços de fretamento, as empresas de atoriamente, apresentar declaração informando que seus condutores não possuem condenação crit
"Art. I - regis de c de c poss VIII (seg juríc XIII obri rela XIV apre certi mer	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) — certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR) — quando do cadastramento dos veículos para realização de serviços de fretamento, as empresas devatoriamente, apresentar declaração informando que seus condutores não possuem condenação crievamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores; (AC) — as cooperativas que possuírem prestação de serviços de transportes de passageiros deverão, obrigatorian sentar declaração informando que seus cooperados não possuem condenação criminal, mediante apresentação se negativas das instâncias judiciais, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção
"Art." I - registed to come of the common of	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acomparocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) — certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR) — quando do cadastramento dos veículos para realização de serviços de fretamento, as empresas de latoriamente, apresentar declaração informando que seus condutores não possuem condenação crivamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores; (AC) — as cooperativas que possuírem prestação de serviços de transportes de passageiros deverão, obrigatorian sentar declaração informando que seus cooperados não possuem condenação criminal, mediante apresentação se negativas das instâncias judiciais, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupçiores; (AC) os antecedentes exigidos no inciso XIV deverão ser emitidos pela Justiça Estadual de Pernambuco e pela Jeral; e, (AC) - as empresas que se cadastrarem para fazerem os serviços previstos no inciso II do art. 3º deverão plade exclusiva de turismo; (AC)
"Art. I - region de compose control de contro	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompar ocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) - certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR) - quando do cadastramento dos veículos para realização de serviços de fretamento, as empresas devatoriamente, apresentar declaração informando que seus condutores não possuem condenação crivamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores; (AC) - as cooperativas que possuírem prestação de serviços de transportes de passageiros deverão, obrigatorian sentar declaração informando que seus cooperados não possuem condenação criminal, mediante apresentaçãos negativas das instâncias judiciais, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção pres; (AC) os antecedentes exigidos no inciso XIV deverão ser emitidos pela Justiça Estadual de Pernambuco e pela Jural; e, (AC) - as empresas que se cadastrarem para fazerem os serviços previstos no inciso II do art. 3º deverão p
"Art. I - regiide ode oposition of the composition	gistro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidar trado no órgão competente, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acomparocumentos de eleição dos administradores; regimento interno ou estatuto, no caso de sociedades civis, de retoria em exercício; ou ato de constituição da pessoa jurídica de direito público e/ou prova da e de seu dirigente; (NR) — certidões negativas expedidas eletronicamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1ª (primeira unda) instâncias, de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da proca; (NR) — quando do cadastramento dos veículos para realização de serviços de fretamento, as empresas de latoriamente, apresentar declaração informando que seus condutores não possuem condenação crivamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores; (AC) — as cooperativas que possuírem prestação de serviços de transportes de passageiros deverão, obrigatorian sentar declaração informando que seus cooperados não possuem condenação criminal, mediante apresentação se negativas das instâncias judiciais, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupçiores; (AC) os antecedentes exigidos no inciso XIV deverão ser emitidos pela Justiça Estadual de Pernambuco e pela Jural; e, (AC) — as empresas que se cadastrarem para fazerem os serviços previstos no inciso II do art. 3º deverão pelade exclusiva de turismo; (AC) As cooperativas de transporte prestadoras de serviço de fretamento intermunicipal de que trata esta Lei deverão and Pernambuco e registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Pernamba

"Art. 9º Os veículos automotores utilizados na prestação do serviço de fretamento intermunicipal serão submetidos à vistoria, após o pagamento da Taxa FUSP-LV, de que trata a Lei nº 15.177, de 11 de dezembro de 2013, a fim de obter a Autorização para Tráfego de Veículo. (NR)

pena de cancelamento. (NR)

§ 1º A autorizatária deverá apresentar, no momento da solicitação da vistoria, laudo técnico assinado por engenheiro mecânico devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, nos termos regulamentados em decreto, apólice de seguro em conformidade com esta Lei, certidão negativa expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE e a Taxa FUSP/LV. (NR)

§ 2º Estarão autorizados os veículos tipo automóveis com capacidade para 7 (sete) pessoas, prevista no art. 3º inciso II." (NR)

"Art. 10. O Cartão de Autorização de Tráfego de Veículo, após a vistoria, deverá ser fornecido pela EPTI em até 30 (trinta) dias úteis." (NR)

"Art. 11. As vistorias em veículos utilizados na prestação de serviços de fretamento deverão observar a periodicidade de 1 (um) ano, admitindo-se apenas solicitações de vistoria para: (NR)

I - veículos com registro em CRLV tipo ônibus, micro-ônibus e microbus, com até 15 (quinze) anos da data de fabricação; (NR)

II - veículos do tipo automóvel com capacidade para 07 (sete) pessoas, com até 5 (cinco) anos da data de fabricação. (NR)

Parágrafo único. Em relação aos veículos de que trata o inciso II, serão aceitas, até 31 de outubro de 2022, solicitações de vistoria para veículos com, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação." (AC)

XCVII • Nº 197	Diário Oficial do Estado de Po
"Art. 12	
§ 2º Para veículo tipo automóvel com capacidade pa de extensão acoplado ao veículo." (AC)	ra 07 (sete) pessoas é proibido uso de carroceria tipo reboque, carro
"Art. 14. Os veículos utilizados no fretamento interm	nunicipal deverão: (NR)
I - apresentar, na parte externa, adesivo em conform	nidade com layout fornecido pela EPTI; (NR)
II - apresentar na parte interna, em local visíve conformidade com layout fornecido pela EPTI; (NR)	el aos usuários, orientações para denúncias e informações, em
III - ser envelopados, com modelo fornecido pela E (sete) pessoas; e, (AC)	PTI, no caso de veículos tipo automóvel, com capacidade para 07
IV - apresentar rastreador ou GPS nos veículos ca pela EPTI, durante todo o prazo da validade do caco	dastrados, ficando disponíveis as informações online para consulta lastramento." (AC)
"Art. 15. Os veículos utilizados no fretament Responsabilidade Civil, invalidez e morte, mínima d	o intermunicipal devem contratar Seguro com cobertura de le: (NR)
I - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para ônibus	s; (NR)
II - R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para micro-6	
III - R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pa (AC)	rra veículo tipo automóvel, com capacidade para 07(sete) pessoas;
IV - R\$ 13.000,00 (treze mil reais) por morte, por pa	assageiro; (AC)
V - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por invalidez, por μ	passageiro; e, (AC)
VI - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos a	
"Art. 16	
	ento matriz no Estado de Pernambuco que adquirirem veículos zero este artigo no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias)." (NR)
	ato ou o aluguel de veículos para a prestação do serviço de ições contidas na Resolução Contran n° 339, de 25 de fevereiro
	nite de até 50% (cinquenta por cento) para as empresas com frota edondar para o número inteiro superior em caso de fração decimal.
§ 2º Não se aplicará o disposto no parágrafo anterio com capacidade para 07 (sete) pessoas. (NR)	or para o Fretamento Turístico, realizado por veículo tipo automóvel,
	ndo comprovado de que se trata de empresas do mesmo grupo s de habilitação da empresa não cadastrada, com apresentação do em comum. (NR)
§ 4º Os veículos cooperados devem ter registro no	CRLV que comprovem o vínculo com a cooperativa." (AC)
DA REALIZ	"CAPÍTULO III 'AÇÃO DE VIAGENS" (NR)
"Art. 21. A autorizatária fica obrigada a portar durant e o pagamento da Taxa FUSP-F, além dos docume	e a prestação do serviço, o CRC - Certificado de Registro Cadastral ntos abaixo relacionados: (NR)
I - no fretamento eventual, próprio e de alunos: (NR	
II - no fretamento contínuo e TFD: (NR)	
a) declaração emitida pelo contratante em favor d jurídica de direito público. (NR)	a autorizatárias, exceto quando o serviço for prestado por pessoa
III	
	a jurídica de direito público ou por dirigente estatutário da entidade observa o disposto no inciso IV do art. 3º desta Lei. (NR)
IV - no fretamento turístico: (AC)	
a) relação de passageiros de ida e volta, contendo	o nome e o número do documento de identificação com foto; (AC)
b) origem e destino da viagem; (AC)	
c) itinerário da viagem; (AC)	
d) dia da partida e do retorno da viagem; (AC)	
e) horário da partida e do retorno da viagem; e, (AC	;)
f) para veículos tipo automóvel, com capacidade passageiros deverá apresentar a autorização para communicação para commu	
§ 3° o valor da taxa FUSP-F será devido com venc do cartão de Autorização para tráfego de veículo." (imento, mensalmente, para o dia 10, iniciando a partir da obtenção AC)
"Art. 23.	
III - suspensão do CRC, por 90 (noventa) dias; e, (f	NR)
IV - cancelamento do CRC, por 180 (cento e oitenta	a) dias. (NR)
	do serviço de fretamento intermunicipal por autorizatária com CRC no inciso IV deste artigo, a autorizatária deverá solicitar novo CRC."
"Art. 25. O Auto de Infração deverá conter, obrigato	
	o condutor/infrator, admitir-se-á a aplicação da multa por: imagem, ita a identificação do veículo e infração cometida; (NR)

§ 2º Formalizado o Auto de Infração, a 2ª (segunda) via será remetida à infratora no prazo máximo de 60 (sessenta)

dias, para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, sendo o processo remetido

ao Diretor-Presidente da EPTI para decisão. (NR)

Recife, 07 de novembro de 2020 § 3º A decisão sobre o processo de defesa do auto de infração deverá ser comunicada em até 60 (sessenta) dias, pessoalmente ou através de aviso de recebimento-AR. (NR) § 4º Do trânsito em julgado da decisão administrativa de que trata o art. 25, deverá a autuada recolher a multa no prazo de até 15 (quinze) dias." (AC) "Art. 28. III - graves: R\$ 900,00 (novecentos reais); e, (NR) IV - gravíssimas: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)." (NR) "Art. 29-A. O veículo apreendido será recolhido ao depósito e nele permanecerá sob custódia e responsabilidade do órgão ou entidade competente, com ônus para o seu proprietário. (AC) Parágrafo único. A restituição do veículo apreendido somente ocorrerá mediante o prévio pagamento das multas, taxas, sas com transbordo de passageiros, remoção e estadia." (AC) § 1º A autorizatária que sofrer pena de suspensão ou cancelamento só poderá prestar o serviço após o cumprimento do prazo, desde que tenha sanado as irregularidades que geraram a medida de restrição. (NR) "Art. 31. A reincidência de infrações sancionadas com suspensão ou cancelamento do CRC, durante o período de Art. 31. A l'entraderida de innações sandoridadas com suspensão ou cancelamento do CRC, durante o período de aplicação da sanção, ensejará a majoração do prazo de suspensão ou cancelamento do CRC, limitado ao dobro do prazo originariamente fixado." (NR) "Art. 34. .. IV - subcontratação para a prestação do serviço, das empresas que não possuam o CRC na EPTI; (NR) "Art. 35. A autorizatária que utilizar o CRC para prática de qualquer outra modalidade de transporte diversa da que lhe foi autorizada terá seu CRC cassado, sem prejuízo da responsabilidade civil e das demais penalidades previstas. (NR) § 1° A autorizatária deverá realizar o cadastramento em modalidade específica. (AC) § 2° A autorizatária poderá cadastrar-se em mais de uma modalidade, observadas as restrições para cada um dos tipos." (AC) "Art. 37. § 1º Caso haja necessidade de a autoridade fiscalizadora requisitar outro veículo para continuar a viagem, será priorizada, obrigatoriamente, a substituição da condução por outro veículo da mesma empresa autorizatária, ou por essa locado. (NR) a) o tempo de espera será de, no máximo, 2 (duas) horas; após esse tempo, os passageiros serão conduzidos por veículo providenciado pela autoridade fiscalizadora. (AC) § 2º Caso não seja possível realizar a substituição nos termos do § 1º deste artigo, ficará a critério da autoridade fiscalizadora requisitar veículo de outro transportador, ficando, contudo, o infrator responsável pelo ressarcimento dos custos e seu veículo será liberado apenas após a comprovação do pagamento do serviço requisitado. (NR) § 3º O serviço de socorro, decorrente de acidente ou avaria do veículo, somente poderá ser prestado por veículo habilitado e regularmente registrado nos termos desta Lei. (NR) § 4º A restituição do veículo apreendid procurador legalmente habilitado." (AC) endido somente ocorrerá mediante recibo emitido pelo proprietário do veículo ou "Art. 48. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no que couber." (NR) Art. 2º O inciso VII do art. 14 da Lei nº 13.254, de 21 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14. . VII - disciplinar e fiscalizar o serviço de interesse público de fretamento ever al, turístico, contínuo, social, próprio, Tratamento Fora do Domicílio - TFD e alunos, executado por pessoa jurídica. (NR) Art. 3º Os arts. 5º e 10 da Lei nº 15.177, de 11 de dezembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes red "Art. 5º É contribuinte da Taxa FUSP-F a pessoa física ou jurídica que explore ou que venha a explorar, por meio de autorização, o serviço de transporte intermunicipal complementar, o de fretamento, este nas modalidades, exceto a social, prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 16.205 de 24 de novembro de 2011." (NR) "Art. 10. É contribuinte da Taxa FUSP-LV a pessoa jurídica autorizatária que explore, ou que venha a explorar, o serviço de transporte coletivo intermunicipal, nas modalidades regular, complementar e de fretamento." (NR) Art. 4º O Anexo I da Lei nº 16.205, de 2017 passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei. Art. 5º Os Anexos I e II da Lei nº 15.177, de 2013, passam a vigorar nos termos dos Anexos II e III, respectivamente, desta Lei. Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 7º Revogam-se o § 2º do art. 6º, os incisos I, II e o parágrafo único do art. 10, as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 11, as alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 11, o parágrafo único do art. 17, o § 2º do art. 30, os arts. 43 e 46, e os Anexos II e III, todos da Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017. ANEXO I "ANEXO I DA LEI Nº 16.205/2017 INFRAÇÕES (NR) c) deixar de informar a retirada de operação de veículo cadastrado na frota;

I - LEVES:

- a) deixar de utilizar informativos internos e adesivos externos dispostos nesta Lei e em Resolução da EPTI;
- b) deixar de portar o CRLV do veículo; e,

- a) deixar de providenciar o transporte dos usuários, nos casos de interrupção da viagem;
- b) utilizar paradas de ônibus do sistema regular de transporte coletivo de passageiros para embarque e desembarque de
- c) utilizar em serviço veículos sem os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro ou por este
- d) não atender as notificações e aos prazos estabelecidos pela EPTI na prestação de informações técnicas, operacionais e financeiras/contábeis;

e) transportar encomendas ou mercadorias que caracterizem a atividade comercial ou não faça parte da bagagem dos

f) transportar passageiros que não estejam relacionados na listagem de identificação dos mesmos;

- a) manter em servico o veículo cuja retirada de operação tenha sido determinada pela EPTI:
- b) utilização de terminais rodoviários nos pontos extremos e no percurso da viagem;
- c) opor-se à fiscalização ou desacatá-la;
- d) sublocar o serviço de fretamento por empresa não cadastrada; e
- e) transportar passageiro em pé ou acima da capacidade do veículo;

IV - GRAVÍSSIMAS:

- a) fraudar documentos emitidos pela EPTI;
- b) realizar o Servico de Fretamento sem obtenção do Certificado de Registro Cadastral ou com o mesmo vencido:
- c) dar partida ao veículo durante a operação de embarque e desembarque dos passageiros ou transitar com a porta aberta;
- d) realizar o Servico de Fretamento sem portar Licenca para Realização de Viagem ou Autorização para Tráfego de Veículos:
- nter em serviço o veículo cuja retirada de operação tenha sido determinada pela EPTI
- f) realizar vendas e emissões de passagens individuais;
- g) transportar passageiros sem seguro de responsabilidade civil, com o mesmo vencido ou com atraso em seu pagamento;
- h) utilizar em operação veículos em condições deficientes de ordem mecânica, elétrica ou de carroceria, com risco comprovado de segurança.
- i) realizar viagens com rastreador ou GPS desligado, sem rastreador ou GPS instalado ou ainda com informações indisponíveis pela internet;
- i) Ausência de envelopamento de veículo, para veículo tipo automóvel, com capacidade para 07 (sete) pessoas:"

ANEXO II "ANEXO I DA LEI Nº 15.177/2013 (NR)

O valor da Taxa FUSP-F será calculado pela aplicação da seguinte fórmula: NV x R\$ 40,45 (quarenta reais e quarenta e cinco

Sendo: NV = Número de Veículos'

ANEXO III "ANEXO II DA LEI Nº 15.177/2013 (NR)

Tabela de Valor da Taxa FUSP- LV	Tipo de Vaículo	Valor por evento fixado em Real (R\$)
I	Veículo registro tipo ônibus.	200,00
II	Veículo registro tipo micro-ônibus, microbus, minibus.	150,00
III	Veículo tipo automóvel com capacidade para 07 (sete) pessoas	136,98

Sala de Comissão de Redação Final, em 04 de Novembro de 2020

Francismar Pontes

Favoráveis

Francismar Pontes

Guilherme Uchoa Fabíola CabralRelator(a)

(REPUBLICADO)

Emendas ao Projeto de lei Ordinária Nº 1.568/2020 — LOA/2021

EMENDA Nº 000034/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo: Acrescentar à ação "Expansão e Qualificação de Equipamentos Turísticos" (4142) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Turismo e Lazer - Administração Direta" (112), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Aplicação Direta pelo Estado" (90), o valor de R\$ 2,223,800.00.

Aplicação Direta pelo Estado (80), o Variol de Na 2.223.000,00 o Cos recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Recife.

Justificativa

Expansão e qualificação de equipamentos turísticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

JOAQUIM LIRA Deputado

EMENDA Nº 000035/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Ampliação da capacidade de acumulação hídrica" (3178) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria Adriscental a ação Ariphicada de Capadade de acadinidação Indica (OTA) sob espois asimilade de inflade inflade

correntes" (33).

Município beneficiado: Parnamirim.

Destinada a perfuração de poços na zona rural, através da Associação Comunitário dos Produtores Rurais do Riacho da Quixaba nicipio de Parnamirim - CNPJ 01.260.626/0001-08

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000036/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à acão "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmaçêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orcamentária Actiscentar a ação Aquisção de inicial e insulina se insulina se insulina e i

correntes" (33).

Município beneficiado: João Alfredo.

Justificativa

Aquisição de medicamentos para Unidade Mista de Saúde Joana Amélia Cavalcanti, municipio de João Alfredo.

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000037/2020

Altera o Proieto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 300.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas "Outras de

correntes" (33).

Município beneficiado: Correntes.

Aquisição de medicamentos para a Unidade de Saúde Mãe Kiola, municipio de Correntes

ROMÁRIO DIAS

EMENDA Nº 000038/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo: Acrescentar à ação "Fornecimento de Alimentação Escolar" (4538) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação

"Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 30.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Arcoverde.

Justificativa

Destina-se para aquisição de alimentação para crianças que participa dos projetos sociais, educacionais mantidas pela Fundação Terra - CNPJ 12.658.530/0001-00

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020

ROMÁRIO DIAS

EMENDA Nº 000039/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde" (4553) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade

de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 30.000,00.
Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Recife

Justificativa

Aquisição de Equipamentos para o Instituto SOS Mão Criança - CNPJ 08.187.800/0001-75

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000040/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Artera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo.

Acrescentar à ação "Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural" (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Desenvolvimento Agrário - Administração Direta" (113), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 100.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Justificativa

Perfuração e Instalação de Poços Artesianos, através da Associação dos Pequenos Produtores Sitio Cabaças no municipio de Verdejante - CNPJ 04.533.658/0001-10

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS Deputado

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000041/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar" (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 30.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Recife.

Justificativa

Garantir custeio para realização de procedimentos de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar da Fundação Altino Ventura - CNPJ 10.667.814/0001-38

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

EMENDA Nº 000042/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo: Acrescentar à ação "Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural" (4074) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA" (501), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Aplicação Direta pelo Estado" (90), o valor de R\$ 150,000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Frei Miguelinho.

Justificativa

Destina-se a perfuração e instalação de poços artesianos, no município de Frei Miguelinho

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS Deputado

EMENDA Nº 000043/2020

Altera o Proieto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 200.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas "Outras despesas" (20)

correntes" (33).

Município beneficiado: Serrita

Aquisição de medicamentos para o Hospital Geral Imaculada Conceição, municipio Serrita

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS Deputado

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000044/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Acrescentar à ação "Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural" (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária

"Secretaria de Desenvolvimento Agrário - Administração Direta" (113), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Aplicação Direta pelo Estado" (90), o valor de R\$ 213.800,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas "..." correntes" (33).

Município beneficiado: Paudalho.

Justificativa

Emenda destina-se a perfuração e instalação de poços artesianos no municipio de Paudalho

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020

ROMÁRIO DIAS

EMENDA Nº 000045/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas" (4627) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" (216), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 200.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Palmeirina.

Justificativa

Emenda destinada a Recuperação de estradas vicinais no municipio de Palmeirina

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000046/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural" (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Desenvolvimento Agrário - Administração Direta" (113), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 50.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Palmeirina.

Justificativa

Destina-se a construção e ampliação de barragens, através da Associação Beneficente e de Assistência Social Pe. Bernardo Winkel - no municipio de Palmeirina - CNPJ 35.451.566/0001-14

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS Deputado

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000047/2020

Altera o Proieto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo: Acrescentar à ação "Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas" (4627) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" (216), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social" (91), o valor de R\$ 300.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas

correntes" (33).

Município beneficiado: Angelim

Justificativa

Emenda destina-se a construção de calçamentos com paralelo e vias urbanas na cidade Angelim

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020

ROMÁRIO DIAS

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000048/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde" (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Goiana

Justificativa

Aquisição de Equipamentos Hospitalar para o Hospital Belarmino Correia, município de Goiana

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000049/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à acão "Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural" (4055) sob responsabilidade da unidade orcamentária Activación de Desenvolvimento Agrário - Administração Direta" (113), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas

correntes" (33).

Município beneficiado: Parnamirim.

Destina-se a construção e recuperação de pequenas aguadas na zona rural, através da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Riacho da Quixaba situada no municipio de Parnamirim - CNPJ 01.260.626/0001-08

Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000050/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde" (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 50.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Justificativa

A presente emenda, destina-se a reforma da Academia Pernambucana de Medicina, CNPJ 09.944.786/0001-70

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

ROMÁRIO DIAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000051/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde" (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 2.223.800,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orgamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Santa Cruz do Capibaribe.

Justificativa

Reforçar a dotação orçamentária da Secretaria de Saúde, com a aquisição de equipamentos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

ALESSANDRA VIFIRA

Deputada

EMENDA Nº 000052/2020

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo: Acrescentar à ação "Qualificação da Educação Inclusiva" (4317) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Activação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 23.800,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas "Outras d

correntes" (33).

Município beneficiado: Ribeirão

Qualificação da Educação Inclusiva a ser realizada com Mulheres, executada pela ONG Centro das Mulheres do Ribeirão Sandra Rodrigues, CNPJ nº 08.761.868/0001-61

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000053/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Melhoria do desempenho do Ensino Médio" (4439) sob responsabilidade da unidade orcamentária "Secretaria de Actiscentar a açao interioria de desempento de cisino interiori (4459) sob responsabilidade da difidade di cisino del capitar (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 150.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas

correntes" (33).

Município beneficiado: Ribeirão.

Justificativa

Qualificação e preparação de Alunos de Ensino Médio para realizarem o ENEM, a ser executado pelo IGPS - CNPJ nº 05.954.802/0001-

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000054/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Melhoria do desempenho do Ensino Médio" (4439) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 130.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas orçamentaria correntes" (33). '''a heneficiado: Palmares

Justificativa

Qualificação e preparação de Alunos de Ensino Médio para realizarem o ENEM, a ser executado pelo IGPS - CNPJ nº 05.954.802/0001-

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA Deputado

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000055/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021 Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Melhoria do desempenho do Ensino Médio" (4439) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação

"Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 80.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Cortês.

Justificativa

Qualificação e preparação de Alunos de Ensino Médio para realizarem o ENEM, a ser executado pelo IGPS - CNPJ nº 05.954.802/0001-

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000056/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Melhoria do desempenho do Ensino Médio" (4439) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação

"Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 80.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas rentes" (33)

Justificativa

Qualificação e preparação de Alunos de Ensino Médio para realizarem o ENEM, a ser executado pelo IGPS - CNPJ nº 05.954.802/0001-

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CI OVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000057/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Melhoria do desempenho do Ensino Médio" (4439) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta" (108), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos" (50), o valor de R\$ 80.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Justificativa

Qualificação e preparação de Alunos de Ensino Médio para realizarem o ENEM, a ser executado pelo IGPS - CNPJ nº 05.954.802/0001-

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

Deputado

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000058/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 400.000,00. Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Ribeirão

Justificativa

Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmaceuticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000059/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Palmares.

Justificativa

Aquisição de medicamentos e Insumos Farmacèuticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000060/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Gameleira

Justificativa

Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA Deputado

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000061/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Artera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaxo.

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade

orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município benefici

Justificativa

Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000062/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos" (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta" (208), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 120.000,00.

ue арпиацае планянення а минисири - Fundo a Fundo (41), o valor de R\$ 120.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33).

Município beneficiado: Primavera.

Justificativa

Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA Deputado

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000063/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Fortalecimento da Agricultura Familiar" (3258) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA" (501), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Município" (40), o

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secrétaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas orrentes" (33).

Justificativa

Aquisição de um Trator para ampliar o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Município

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000064/2020

Altera o Projeto de Lei 1568/2020 - LOA 2021

Altera os anexos do projeto de lei, conforme descrito abaixo:

Acrescentar à ação "Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas" (4627) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" (216), no grupo de despesa "Investimentos" (44), modalidade de aplicação "Transferência a Município - Fundo a Fundo" (41), o valor de R\$ 600.000,00.

Os recursos devem devem ser deduzidos da ação "Reserva para Emendas Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade певегуа рага Етелена в общивания на ауаи певегуа рага Етелена Parlamentares" (2866) sob responsabilidade da unidade orçamentária "Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" (118), no grupo de despesa "Outras despesas correntes" (33). correntes" (33). Município beneficiado: Ribeirão.

Justificativa

Pavimentação em diversas ruas do município do Ribeirão

Sala das Reuniões, em 03 de Novembro de 2020.

CLOVIS PAIVA Deputado

EMENDA Nº 000065/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Estimular a produção e comercialização de produtos agropecuários, e de animais de alto padrão genético bem como adaptados às condições locais, visando melhorar a qualidade do rebanho e garantindo a redução dos riscos para os pequenos

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 0028 - Promoção de Certames Agropecuários, cuja finalidade é estimular a produção e comercialização de animais de raças adaptadas às condições locais, visando melhorar a qualidade do rebanho e garantindo a redução dos riscos para os pequenos produtores com a introdução de animais exóticos. A alteração sugerida na nova redação visa priorizar a proteção aos pequenos produtores rurais, de modo que estes são sofram potenciais prejuízos com a não adaptação de animais de raças e linhagens exóticas às condições do semiárido pernambucano, isto é, advindas de outras regiões do Brasil e do mundo com climas, vegetações e condições climáticas diversas. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação. Sala das Reuniões, em 29 de Outubro de 2019.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000066/2020

Modifica o Proieto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Atender as demandas de atualização profissional, de progressão de carreira e de integração dos órgãos operativos, assegurando na formação a atenção aos princípios dos Direitos Humanos, conteúdos relativos ao racismo, gênero, Igbtfobia e eúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os obietivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

de governo evidenciario do sobjetivos e as inialidades constantes no Fraina Puntanual 2020205.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número Atividade: 0331 - Formação, Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional.

A finalidade da modificação do texto da atividade a cima descrita garantir que as formação, educação continuada e aperfeiçoamento profissional tenha seu eixo voltado para os direitos humanos contemplando conteúdos relativos ao racismo, gênero, Igbtfobia e conteúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescricão), tornando assim mais produtivo os servicos propostos nessa atividade

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000067/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação: "Atividade: 0594 -

Finalidade: Realizar cursos, seminários, congressos, fóruns, palestras e concursos para elevar o nível de desembenho dos profissionais contribuindo para o aprimoramento da Administração Pública, incluindo conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia e capacitismo." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 0594 - Capacitação de Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos, inserindo o trecho "incluindo conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia e capacitismo". A redação sugerida visa assegurar o amplo debate e conhecimento das temáticas supracitadas na execução da referida ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000068/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Articular e monitorar a execução das obras de melhoria da infraestrutura aeroviária priorizando o interior do Estado,

proporcionando segurança e conforto à população usuária desse equipamento." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº

1568/2021 sob número 0703 - Execução de Ações de Infraestrutura Aeroviária.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando o interior do Estado", visando garantir que o interior do estado de Pernambuco de fato seja assegurado na execução dessa ação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000069/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

a inclusão cultural da população, em especial às pessoas com deficiência." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a do programa supracitado, inserindo o acesso às pessoas com deficiência, de modo a

garantir que sejam considerados na execução dessa ação. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

ertas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000070/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Programa 1022 – Inclusão Produtiva das Trabalhadoras e Trabalhadores do Campo (NR)
Objetivo: Reduzir a pobreza rural e permitir a inclusão das pessoas do campo com sustentabilidade, incentivando as práticas agroecológicas." (NR)

Justificativa

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no título do programa 1022, de modo a adequar as nomemclaturas utilizadas originalmente ao preceito constitucional da igualdade, bem como, acrescentar no objetivo do programa atenção especial às práticas agroecológicas, tendo em vista que já está comprovado que estas colaboram de maneira eficiente e eficaz para a sustentabilidade.

Este é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

HINTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000071/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação "Atividade: 1059atividade: 1059atividade: 1059atividade: 1059

prisionais, objetivando a capacitação do detento com vistas a sua profissionalização e ressocialização, com consequente geração de renda para a população carcerária." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº

1568/2021 sob número 1059 - Fortalecimento das Acões de Produção de Bens e Servicos nas Unidades Prisionais

A finalidade é ampliar e implantar os Núcleos Produtivos para incrementar o volume de produção de bens e serviços nas unidades prisionais, objetivando a capacitação do detento com vistas a sua profissionalização e ressocialização, com consequente geração de renda para a população carcerária.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000072/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Desenvolver atividades de atendimento à população, garantindo os meios necessários para sobrevivência e reconstrução

dos cenários atingidos pelos desastres, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

consista classificação programatica do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que sejam priorizadas

mães uniparentais e idosos na execução da referida ação

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000073/2020

Modifica o Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Garantia da produção, fruição, preservação e divulgação da cultura como bem patrimonial, priorizando a produção cultural de comunidades periféricas." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando a

produção cultural de comunidades periféricas". Objetiva-se que a produção cultural de comunidades periféricas seja contemplada e visibilizada, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos artistas e produtores periféricos para sua atuação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000074/2020

Modifica o Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Promover a ocupação dos espaços públicos, não exclusivamente espaços governamentais, com atividades artísticas e culturais, visando à democratização do acesso à criação e produção do Estado, assegurando a descentralização e a interiorização e priorizando produções artísticas e culturais do território." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a

despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, visando assegurar a descentralização e a interiorização da ocupação dos espaços públicos, garantindo que esses espaços não sejam exclusivamente espaços governamentais, priorizando produções artísticas e culturais do território no qual a ação seja executada.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000075/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a

despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, visando garantir a prevenção à toda forma de violência no âmbito dos territórios contemplados no Programa Governo Presente, inclusive a violência institucional, na execução dessa ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000076/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Promover, prevenir e tratar os agravos de saúde mais prevalentes nas UPs visando a reorganização da rede assistencial destas UPs, observando os princípios e diretrizes do SUS e assegurando atendimento adequado às mulheres, pessoas trans, travestis e pessoas com deficiência que estejam nessas unidades." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

do governo evidentidado do sobjetivos e as initialidades constantes no Praint Printanda 202/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 2067 - Assistência à Saúde nas Unidades Prisionais (UPs), inserindo o trecho "e assegurando atendimento adequado às mulheres, pessoas trans, travestis e pessoas com deficiência que estejam nessas unidades".

A redação sugerida visa assegurar que as Unidades Prisionais garantam acessibilidade às pessoas com todos os tipos de deficiência para o atendimento em saúde e ofereçam atendimento adequado e humanizado às mulheres, pessoas trans e travestis. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000077/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação: "Atividade: 2164

Finalidade: Atualizar e implementar os Sistemas de Informação SIM, SINAN, SINASC nos municípios; realizar estudos e pesquisas; implementar e implantar os SVO; monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde; investigar doenças inusitadas e surtos; implementar a vigilância ambiental; modernizar e reestruturar a rede de vigilância em saúde; assegurando a coleta e a desagregação dos dados por sexo, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual nesses sistemas, estudos e pesquisas." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 2164 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental para o Controle das Doenças e Agravos, inserindo o trecho "assegurando a coleta e a desagregação dos dados por sexo, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual nesses sistemas, estudos e pesquisas"

A redação sugerida visa assegurar que os sistemas de informação, estudos e pesquisas de que trata essa atividade contemplem dados fundamentais para a identificação de doenças e agravos prevalentes na população negra e na população LGBT, para que estas sejam corretamente atendidas pelas políticas de saúde do estado.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000078/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Atividade: 2213 Finalidade: Proporcionar a melhoria do desempenho profissional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, priorizando mulheres negras, trans e travestis, egressas do sistema prisional e mulheres com deficiência." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando mulheres negras, trans e travestis, egressas do sistema prisional e mulheres com deficiência". A redação sugerida visa assegurar que sejam priorizados os segmentos de mulheres que mais necessitam desse apoio previsto nessas ações.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

.IIINTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000079/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Atividade: 2214 – Formalização da Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Ensino Formal (NR) Finalidade: Promover o estímulo e dar suporte à adoção da perspectiva de gênero e raça nos espaços da educação formal." (NR)

À 2ª comissão.

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a

despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a ação orçamentária supracitada, inserindo as questões de raça tanto no título, quanto na sua finalidade. A redação sugerida visa assegurar a inclusão da dimensão racial, cuja importância para a formulação e implementação de políticas públicas já é sobejamente comprovada por pesquisas diversas

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000080/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Apoiar a criação e manutenção de parcerias com instituições de ensino formal superior em cursos de extensão e especialização para estudos de gênero, raça e sexualidade." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a

despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "e sexualidade".

A redação sugerida visa assegurar que as políticas levam em conta a orientação sexual das mulheres, assim como sua identidade de gênero, tendo em visa a importância dessas categorias para a inclusão de lésbicas, travestis e transexuais nessas políticas Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa.
Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000081/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

LGBTfobia, assim como conteúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

constituir de la consti nº 1568/2021 sob o número 2284 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional para a Educação Integral e Semi-Integral. inserindo o trecho "incluindo materiais com conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia, assim como conteúdos relativos a

masminuo direction inicializado interinario con contecutos relativos a racismo, genero, Ego nobia, assim contecutos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)". A redação sugerida visa assegurar a aquisição e utilização de livros e demais materiais didáticos que contemplem conteúdos importantes para a sociedade como um todo e assegurar também a inclusão de pessoas com deficiência Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000082/2020

Modifica o Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares e pescadores artesanais, principalmente, mulheres e jovens na perspectiva de proporcionar a profissionalização e fomentar o empreendedorismo rural. Esta ação, constituída por um conjunto de atividades, entre elas as feiras agroecológicas, deverá contribuir para a inserção produtiva e social de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades quilombolas, com a geração de renda e emprego, capazes de impactar positivamente na avaliação de resultado, por meio da produtividade." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 2506 - Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania.

A redação sugerida visa garantir que as categorias de povos indígenas e comunidades quilombolas sejam incorporadas na execução dessa ação, tendo em vista serem segmentos extremamente vulnerabilizados e que demandam ações desta natureza. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000083/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Realizar ações que envolvam a coordenação, produção e veiculação de informações institucionais do Tribunal de Contas do

Estado de Pernambuco, em televisão, rádio e veículo de mídia impressa, assegurando acesso à comunicação para pessoas com deficiência." (NR)

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

L'indor hao consista classificação organientaria propina, a initalidade contribui para completa comple

1568/2021 sob o número 2741 - Comunicação Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, visando assegurar a acessibilidade nos meios de comunicação para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam consideradas na execução da ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000084/2020

Modifica o Proieto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Adequar a infraestrutura física do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco às necessidades de melhoria do atendimento ao cidadão, atendendo as especificidades das pessoas com deficiência." (NR)

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 2772 - Execução do Plano de Obras do Poder Judiciário de Pernambuco - PJPE, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam consideradas na

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000085/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 2951 – Implantação de Políticas de Prevenção às Drogas.

O objetivo é implementar políticas públicas sobre drogas, com foco nos grupos mais vulneráveis, visando a prevenção, o acolhimento, o atendimento e a (re)inserção sócio produtiva baseado nos princípios de redução de danos, através de ações regionalizadas e integradas com órgãos do governo, conselhos estaduais e municipais e articuladas com a sociedade.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa egislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Solicitamos a sua aprovação

ala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020 JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000086/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Aumentar a efetividade dos serviços prestados pelo CIODS às forças policiais e à população, assegurando uma comunicação sem interferência, com o rastreamento e filmagem das viaturas e disponibilidade de informações nos computadores, além de permanente monitoramento com câmeras remotas instaladas nas vias públicas para inibição das ocorrências criminais." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº

1568/2021 sob número 3055 - Dinamização das ações do Centro Integrado de Operações de Defesa Social - CIODIS - Fortalecimento

das Ações de Produção de Bens e Serviços nas Unidades Prisionais.

A finalidade é aumentar a efetividade dos serviços prestados pelo CIODS às forças policiais e à população, assegurando uma comunicação sem interferência, com o rastreamento e filmagem das viaturas e disponibilidade de informações nos computadores, além de permanente monitoramento com câmeras remotas instaladas nas vias públicas para inibição das ocorrências criminais.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000087/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação: "Atividade: 3126 -

Finalidade: Garantir o acesso da população dos municípios aos medicamentos básicos padronizados e os de dispensação excepcional, inclusive os derivados da planta *cannabis sativa* produzidos por associações, mediante autorização legal." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 3126 - Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, inserindo o trecho "básicos padronizados" e o trecho "inclusive os derivados da planta *cannabis sativa* produzidos por associações, mediante autorização legal".

A redação sugerida visa assegurar, com o primeiro trecho, que seja garantida a aquisição dos medicamentos básicos padronizados, tendo em vista que estes não estão citados em nenhuma rubrica desse PLOA 2021 e com o segundo trecho visa incorporar a aquisição

de produtos da planta *cannabis sativa* que são de uso medicinal legalmente autorizado.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação,

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000088/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Promover a ampliação da cobertura dos serviços e eficiência da coleta e tratamento do esgotamento sanitário nas áreas urbanas e rurais do Estado." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº

1568/2021 sob número3198 - Ampliação da Cobertura da Coleta e Tratamento do Esgotamento.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "e rurais", visando garantir que as áreas rurais do estado de Pernambuco de fato seja assegurado na execução dessa ação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000089/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Alividade: 3314

Finalidade: Construir, reformar, ampliar, recuperar, adequar e equipar as escolas estaduais, incluindo as escolas indígenas, quilombolas e rurais, segundo padrões básicos de funcionamento estabelecidos pela Secretaria de Educação e Esportes, assegurando ainda a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência" (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo as escolas quilombolas, rurais e indígenas e assegurando a acessibilidade para pessoas com deficiência, de modo a garantir que esses grupos sejam considerados na execução da ação

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000090/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Implementar uma educação de qualidade para a cidadania de jovens e adultos, através da capacitação permanente dos profissionais de EJA, incluindo conteúdos relativos às temáticos de racismo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual e sobre acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição), contemplando também profissionais que atuam nas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, respeitando as especificidades dessas populações." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade supracitada, garantindo a contemplação de comunidades rurais, indígenas e quilombolas e de conteúdos estratégicos na formação de professores/as.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000091/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação: "Atividade: 3727 -

Finalidade: Atender a população, garantindo os meios necessários para sobrevivência e reconstrução dos cenários atingidos pelos desastres, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que sejam priorizadas mães A elimenta dra apresentada pretende residentada a inimitadade da ação diçamentaria supractidada, dojetivando que sejam priorizadas maes uniparentalis e idosos na execução da referida ação. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000092/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Atuar preventivamente junto à população residente em áreas de risco, bem como diminuir e recuperar as perdas das comunidades atingidas por calamidade e situação de emergência, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que sejam priorizadas mães uniparentais e idosos na execução da referida ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

legislativa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

JUNTAS

consideradas na execução da ação.

EMENDA Nº 000093/2020

Modifica o Proieto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Adequar as instalações físicas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para melhor atender às demandas do serviço, assegurando acessibilidade a todas as pessoas com deficiência." (NR)

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento,

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4012 - Adequação das Instalações Físicas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPE, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000094/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Incrementar o atendimento à pecuária do Estado, contribuindo para o fortalecimento do rebanho, valorizando as espécies adaptadas às condições climáticas locais." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

Por isso que o air. Pod Lei nº 17.033/202 – Lei de Direttres Organientarias para 2021 determina que o organiento liscaritive a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 4041 - Ampliação da Assistência à Pecuária.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, com vistas a garantir a valorização das

espécies de animais adaptadas às condições climáticas locais, evitando, pois, potenciais prejuízos aos pequenos produtores com a

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000095/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Proieto: 4058

Finalidade: Reduzir o Déficit Habitacional e moradias inadequadas do Estado, estruturando, promovendo e fomentando programas de construção de novas moradias, locação social, melhorias habitacionais, entre outros." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, Embora na occisiona classificação displicitada propina, a infaindade completa completa completa completa por programatica do organização, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4058 – Ampliação da Oferta de Habitação de Interesse Social, estruturando, promovendo e fomentando programas de construção de novas moradias, locação social, melhorias habitacionais, entre outros.

A redação sugerida faz alusão ao fato de que por muito tempo as soluções habitacionais, especialmente as de enfrentamento do déficit quantitativo, foram focadas na construção de novas unidades habitacionais. Contudo, é preciso refletir nos programas habitacionais a diversidade de formas de enfrentamento das necessidades habitacionais, especialmente considerando que o programa Minha Casa Minha Vida está praticamente paralisado.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000096/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação: "Atividade: 4145.

Finalidade: Contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado, colocando à sua disposição as políticas públicas voltadas para os sistemas de produção das culturas, com ênfase na agricultura familiar, na agroecologia e na convivência com o

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

do governo evidentidado do sobjetivos e as infailladues constantes no rialno Profitanda 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 4145 - Fomento à Atividade Agropecuária no Estado.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, com o fito de garantir a inclusão da

agroecologia e da convivência com o semiárido como componentes também prioritário dessa ação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000097/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Promover a informatização e desburocratização do Funcultura; aprimorar suas rotinas de processamento administrativo interno e junto ao produtor, além da realização de ações de regionalização e fomento à cultura com elaboração e publicação de editais que atendam às diversas linguagens culturais, assegurando mecanismos de interiorização e descentralização, assim como assegurando a igualdade de gênero e raça na distribuição dos recursos." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa roi isso que o ant. 7 da Lein 17.053/2020 – Lei de Diletites o Ciganierianias para 2021 determina que o riganieria insea insea a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, visando garantir a utilização de

mecanismos de interiorização e descentralização, assim como assegurar a igualdade de gênero e raça na distribuição dos recursos previstos na execução dessa ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

legislativa. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000098/2020

Modifica o Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

idosos, mulheres, LGBTs, negros e negras e defensores de direitos humanos." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 4184 – Manutenção do Sistema Estadual de Proteção à Pessoa.

A finalidade e garantir a proteção física e psicológica das pessoas ameacadas de morte e de grupos em situação de vulnerabilidade. como idosos, mulheres, LGBTs, negros e negras e defensores de direitos humanos

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000099/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Promover ações de interação da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco com a sociedade via produção de TV,

ento e promoção de visitas, assegurando a acessibilidade para pessoas com deficiência." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, Emodra na cumissa classificação digententaria propina, a minarada combinar para completa completa completa programatica do digentento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4188 - Promoção de Ações de Interação da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE com a Sociedade, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam consideradas na execução da ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000100/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Melhorar a circulação das vias urbanas, aprimorando a mobilidade na Região Metropolitana do Recife, proporcionando a população maior conforto e rapidez nos deslocamentos diários pelo transporte público de passageiros e por meios não motorizados." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa

do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, referenciando a atenção tanto ao transporte público de passageiros, quanto à meios de transporte não motorizados, de modo a garantir que sejam considerados na execução da ação.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000101/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Promover experimentos para aprimoramento tecnológico construtivo e social dos projetos e da promoção de habitação de interesse social e criar um programa de assistência técnica para habitação de interesse social que permita apoio direto às famílias que demandam por solução de moradia, utilizando metodologias de caráter participativo, através de parceria com municípios, universidades e organizações da sociedade civil." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4301 – Pesquisa e Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social.

A redação sugerida explicita a necessidade de promoção de experimentos tecnológicos construtivos, mas também sociais. A troca do termo produção por promoção, amplia o foco das possíveis intervenções para uma diversidade maior de soluções

nadiaciorials.
Por fim, a substituição da parte que trata da oferta de serviços técnico por nova redação propões a criação de um programa de assistência técnica em consonância com a Lei Federal 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita

. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

legislativa. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000102/2020

Modifica o Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Desenvolver a economia criativa no Estado para geração de trabalho e renda através da criação de empreendimentos culturais, dando prioridade a jovens empreendedores, em acordo com a Lei Federal nº 12.852/2013." (NR)

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, dando prioridade a jovens

empreendedores, haja vista sua posição estratégica na economia da cultura e a pouca quantidade de ações destinadas a este

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000103/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Garantir atenção integral às pessoas gestantes, aos seus filhos e famílias, incentivando o fortalecimento dos vínculos afetivos, através de ações articuladas no campo da saúde, educação, desenvolvimento e assistência social, dando prioridade às pessoas negras." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a

despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "dando prioridade às pessoas negras". A redação sugerida visa assegurar o adequado atendimento às gestantes negras, tendo em vista que já está comprovado, com as devidas evidências, que estas mulheres correm maiores riscos na gestação, parto e pós-parto, devido à prevalência de doenças cardiovasculares e hipertensivas nesta população. Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art, 206 do Regimento Interno desta Casa

legislativa. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000104/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

"Atividade: 4327

Finalidade: Implementar a Política de Atenção ao Servidor com ações de estímulo e valorização dos profissionais da educação e também estratégias de prevenção e enfrentamento à situações de violência e assédio moral a esses profissionais, assim como estratégias de proteção de sua saúde mental; promover, ainda, um programa inovador de formação continuada que contemple conteúdos relativos a racismo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, e conteúdos relativos a acessibilidade municacional (libras e audiodescrição), assim como demais ações de estímulo e valorização dos profissionais da educação.

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

constituir de la confisia de assistação o figarientam propria, a inimitade contribuir para compreta de programanta de orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual

nº 1568/2021 sob o número 4327 - Qualificação Permanente dos profissionais da Secretaria de Educação e Esportes, inserindo politicas de atenção à violência, assédio moral e saúde mental do servidor e também incorporando temáticas importantes no programa de formação continuada. A redação sugerida se justifica diante da necessidade de se promover, de imediato, medidas de prevenção e enfrentamento às

diversas formas de violência que os profissionais da educação enfrentam em seu cotidiano, e também assegurar que o

programa de formação continuada preencha lacunas hoje existentes, em relação a temáticas atuais e necessárias a formação

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000105/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Melhorar a atenção integral à saúde, através de políticas estratégicas voltadas para grupos específicos, buscando reduzir a morbimortalidade infantil; assegurar assistência aos portadores de doenças mentais; organizar serviços voltados para pessoas com deficiência; assegurar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do idoso; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População Negra; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População LGBT e assistir os municípios garantindo a prevenção, promoção, recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores." (NR)

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4435 - Melhoria da Atenção Integral à Saúde - Políticas Estratégicas, inserindo o trecho "assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População Negra; assegurar a plena implementação da Política de Saúde

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000106/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Promover a melhoria da gestão dos resíduos sólidos, inclusive resíduos oriundos da pesca artesanal, com a implantação de um instrumento de planejamento balizador de ações adequadas e eficientes ao tratamento e destinação final desses resíduos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

organiento, na nieutad em que antinicia o objetivo de cada ação organientaria.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4483 - Implantação do Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "resíduos

oriundos da pesca artesanal", visando garantir que a coleta e o tratamento deste tipo de resíduo seja assegurado na execução

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000107/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação

"Projeto 4596 - Implantação das Ouvidorias Interna e Externa da Defensoria Pública do Estado (NR)
Finalidade: Implantação das Ouvidorias Interna e Externa da Defensoria Pública do Estado (NR)
Finalidade: Implantar o canal de diálogo, através das ouvidorias interna e externa, com servidores e cidadãos usuários dos serviços públicos estaduais, para registros relativos a casos de elogios, críticas consultas e outras ocorrências sobre a atuação dos órgãos, junto aos servidores, cidadãos e a sociedade em geral." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob Projeto de número 4596 - Implantação das Ouvidorias Interna e Externa da Defensoria Pública do Estado. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "através das ouvidorias interna e externa", visando abranger o maior número de pessoas possíveis

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000108/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Produzir, retransmitir e manter no ar a programação do canal de televisão concedido ao estado de Pernambuco, priorizando artistas e produções locais." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 4655 - Operação e Manutenção do Sistema de Televisão do Estado.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orgamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando artistas e produções locais", visando garantir que os artistas e produções do Estado de Pernambuco seja assegurado na execução dessa atividade.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000109/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

contribuir para a sustentabilidade produtiva e ambiental do Estado." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob o número 4669 - Apoio à Implantação e Implementação de Projetos na Área de Eficiência Hídrica e Energética. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando as fontes de energias renováveis", visando garantir que essa fontes sejam asseguradas na execução dessa ação, tendo em vista a

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000110/2020

Modifica o Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021.

Artigo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: articular, planejar, estimular, organizar, propor, gerir e executar, sistematizar e analisar dados socioeconômicos das populações atendidas e divulgar, em parceria com os demais órgãos e entidades da administração pública, as políticas públicas da criança, do adolescente e da juventude, de forma a garantir o seu desenvolvimento social pleno; planejar e executar, como órgão gestor estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todas as ações de promoção da redução da vulnerabilidade social, em especial das pessoas idosas, com deficiência, da população indígena, da comunidade de LGBTI, das comunidades tradicionais, no combate da desigualdade racial, social e humana; desenvolver políticas de enfrentamento à LGBTfobia; planejar, apoiar, coordenar e executar a política estadual de amparo e garantia de direitos aos idosos; planejar, implementar e gerir a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, através das ações emergenciais e estruturantes de combate à fome e extrema pobreza; planejar, articular, mobilizar e executar as políticas de inclusão social e produtiva; fomentar a participação efetiva da sociedade e órgãos de controle social para o desenvolvimento social do Estado de Pernambuco; e promover a política de atendimento à criança e ao adolescente, autores ou envolvidos em ato infracional, visando à sua proteção e à garantia dos seus direitos fundamentais." (NR)

Justificativa

Embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orcamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orcamentária.

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentaria.

Por isso que o art. 7º da Lei nº 17.033/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 determina que o orçamento fiscal fixe a despesa do governo evidenciando os objetivos e as finalidades constantes no Plano Plurianual 2020/2023.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária descrita no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 sob número 13000 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "sistematizar e analis dados socioeconômicos das populações atendidas e divulgar" e "LGBTfobia", visando garantir a eficácia das ações da Secretaria.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

Deputada

Emendas ao Projeto de lei Ordinária Nº 1.569/2020 — PPA/2020-2023 Exercício/2021

EMENDA Nº 000001/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Proieto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 0028:

Finalidade: Estimular a produção e comercialização de produtos agropecuários, e de animais de alto padrão genético bem como adaptados às condições locais, visando melhorar a qualidade do rebanho e garantindo a redução dos riscos para os pequenos produtores." (NR)

Justificativa

acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 0028 - Promoção de Certames Agropecuários.

A alteração sugerida na nova redação visa priorizar a proteção aos pequenos produtores rurais, de modo que estes são sofram potenciais prejuízos com a não adaptação de animais de raças e linhagens exóticas às condições do semiárido pernambucano, isto é, advindas de outras regiões do Brasil e do mundo com climas, vegetações e condições climáticas diversas.

Esse é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000002/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Acão 0331:

Finalidade: Atender as demandas de atualização profissional, de progressão de carreira e de integração dos órgãos operativos, assegurando na formação a atenção aos princípios dos Direitos Humanos, conteúdos relativos ao racismo, gênero, Igbtfobia e conteúdos relativos à acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária de número 0331 - Formação, Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional.

A finalidade da modificação do texto da atividade acima descrita garantir que as formação, educação continuada e aperfeiçoamento profissional tenha seu eixo voltado para os direitos humanos contemplando conteúdos relativos ao racismo, gênero, Igbtfobia e conteúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição), tornando assim mais produtivo os serviços propostos

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000003/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: Ação 0594:

Finalidade: Realizar cursos, seminários, congressos, fóruns, palestras e concursos para elevar o nível de desempenho dos prof contribuindo para o aprimoramento da Administração Pública, incluindo conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia e capacitismo." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orcamentária "Atividade: 0594 - Capacitação de Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos", inserindo o trecho "incluindo ayao ofiganientaria Anvidadue. 0594 - Capacitagua de Gestoles, Servidores Fubilicos e Cidadaos, inisemido o decido iniciamido conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia e capacitismo". A redação sugerida visa assegurar o amplo debate e conhecimento das temáticas supracitadas na execução da referida ação.
Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

egislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000004/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Proieto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 0703:

Finalidade: Articular e monitorar a execução das obras de melhoria da infraestrutura aeroviária priorizando o interior do Estado, proporcionando segurança e conforto à população usuária desse equipamento." (NR)

Justificativa

acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas fina Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

roçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 0703 - Execução de Ações de Infraestrutura Aeroviária.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando o interior".

do Estado", visando garantir que o interior do estado de Pernambuco de fato seja assegurado na execução dessa ação

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000005/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

. na 0916[.]

ver o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em música, bem como a produção e difusão musical, contribuindo para a inclusão cultural da população, em especial às pessoas com deficiência." (NR)

Justificativa

cordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orcamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática Assini, emodra nac consista dassincação orçamentar a propria, a infandade continua para completa completersão programatica do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular o "Programa:

0916 - Ampliação do acesso e operacionalização do ensino de música através do Conservatório Pernambucano de Música A emenda ora apresentada pretende reformular o objetivo do programa supracitado, inserindo o acesso às pessoas com

deficiência, de modo a garantir que sejam considerados na execução dessa ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000007/2020

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurian período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Ampliar e implantar os Núcleos Produtivos para incrementar o volume de produção de bens e serviços nas unidades prisionais, objetivando a capacitação do detento com vistas a sua profissionalização e ressocialização, com consequente geração de renda para a população carcerária." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023. exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 1059 – Fortalecimento das Ações de Produção de Bens e Serviços nas Unidades Prisionais. A finalidade é ampliar e implantar os Núcleos Produtivos para incrementar o volume de produção de bens e serviços nas unidades prisionais, objetivando a capacitação do detento com vistas a sua profissionalização e ressocialização, com consequente geração de renda para a população carcerária.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000008/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 1477:

Finalidade: Desenvolver atividades de atendimento à população, garantindo os meios necessários para sobrevivência e

reconstrução dos cenários atingidos pelos desastres, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade

da ação orçamentária "Atividade: 1477 - Manutenção das Atividades de Restabelecimento da Normalidade do Cenário de A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que seja

mães uniparentais e idosos na execução da referida ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

EMENDA Nº 000006/2020

"Programa 1022 – Inclusão Produtiva das Trabalhadoras e Trabalhadores do Campo" (NR)

"Objetivo: Reduzir a pobreza rural e permitir a inclusão das pessoas do campo com sustentabilidade, incentivando as práticas agroecológicas." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023 exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 1022 - Inclusão Produtivo do Homem do Campo.

A emenda ora apresentada pretende reformular a ação orçamentária descrita no título do programa 1022, de modo a adequar as

nomenclaturas utilizadas originalmente ao preceito constitucional da igualdade, bem como, acrescentar no objetivo do programa atenção especial às práticas agroecológicas, tendo em vista que já está comprovado que estas colaboram de maneira eficiente e eficaz para a sustentabilidade.

Este é, portanto, o intuito da presente emenda modificativa, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

EMENDA Nº 000009/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 1716:

Finalidade: Garantia da produção, fruição, preservação e divulgação da cultura como bem patrimonial, priorizando a produção cultural de comunidades periféricas." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023 exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática

do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária Atividade: 1716: Instituição de Territórios de Criação no Estado.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando a produção cultural de comunidades periféricas". Objetiva-se que a produção cultural de comunidades periféricas seja contemplada

e visibilizada, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos artistas e produtores periféricos para sua atuação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000013/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação: 2164 ...

Finalidade: Atualizar e implementar os Sistemas de Informação SIM, SINAN, SINASC nos municípios: realizar estudos e pesquisas: implementar e implantar os SVO; monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde; investigar doenças inusitadas e surtos; implementar a vigilância ambiental; modernizar e reestruturar a rede de vigilância em saúde; assegurando a coleta e a desagregação dos dados por sexo, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual nesses sistemas, estudos e pesquisas." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orcamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

Assini, elitibola fiao consista classificação diçamentaria propiler, a linfaldade contribut para completa de contribut para completa compl

implementar e implantar os SVO; monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde; investigar doenças inusitadas e surtos; implementar a vigilância ambiental; modernizar e reestruturar a rede de vigilância em saúde; assegurando a coleta e a desagregação dos dados por sexo, raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual nesses sistemas, estudos e

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orcamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000014/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação: 2213 -

Finalidade: Proporcionar a melhoria do desempenho profissional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, priorizando mulheres negras, trans e travestis, egressas do sistema prisional e mulheres com deficiência." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

orçamentan, na mendra em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentaria. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária Atividade: 2213 – Apoio às Ações de Qualificação das Mulheres para o Emprego.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando mulheres negras, trans e travestis, egressas do sistema prisional e mulheres com deficiência". A redação sugerida visa assegurar que sejam priorizados os segmentos de mulheres que mais necessitam desse apoio previsto nessas ações.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000015/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de

2021, passa a tramitar com a seguinte redação:
"Ação: 2214 – Formalização da Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Ensino Formal" (NR)
"Finalidade: Promover o estímulo e dar suporte à adoção da perspectiva de gênero e raça nos espaços da educação formal." (NR)

Justificativa

acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária Atividade: 2214 – Formalização da Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Ensino Formal.

A emenda ora apresentada pretende reformular a ação orçamentária supracitada, inserindo as questões de raça tanto no título da Ação, quanto na finalidade. A redação sugerida visa assegurar a inclusão da dimensão racial, cuja importância para a formulação e

EMENDA Nº 000010/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 1825:

Finalidade: Promover a ocupação dos espaços públicos, não exclusivamente espaços governamentais, com atividades artísticoculturais, visando à democratização do acesso à criação e produção do Estado, assegurando a descentralização e a interiorização, priorizando produções artísticas e culturais do território." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023. 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática

do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária nº 1825 – Promoção da Ocupação dos Espaços Públicos com Atividades Artístico-culturais.

A redação sugerida visa assegurar a descentralização e a interiorização da ocupação dos espaços públicos, garantindo que esses espaços não sejam exclusivamente espaços governamentais, priorizando produções artísticas e culturais do território no qual a

espaços nao sejani excusivamento copaços governamento, ação seja executada.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000011/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Contribuir para a redução da criminalidade e prevenção à violência urbana e institucional no âmbito dos territórios contemplados no Programa Governo Presente." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023. exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações co

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária nº 1846 – Cooperação Institucional com as Demais Políticas Estaduais.

A redação sugerida visa garantir a prevenção à toda forma de violência no âmbito dos territórios contemplados no Programa

Governo Presente, na execução desta ação, visualizando também a necessidade de se traçar estratégias para redução da violência institucional.

volentica listitucional.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000012/2020

Modifica o Proieto de Lei Ordinária nº Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021. 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício

Finalidade: Promover, prevenir e tratar os agravos de saúde mais prevalentes nas UPs visando a reorganização da rede assistencial destas UPs, observando os princípios e diretrizes do SUS e assegurando atendimento adequado às mulheres, pessoas trans, travestis e pessoas com deficiência que estejam nessas unidades." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023. exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações col respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática

Assini, embor na decorrista dassinicadas divamentaria propria, a linalidade communi para completa completa completa completa completa completa de constitución de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária Atividade: 2067 - Assistência à Saúde nas Unidades Prisionais (UPs).

A finalidade é promover, prevenir e tratar os agravos de saúde mais prevalentes nas UPs visando a reorganização da rede assistencial destas UPs, observando os princípios e diretrizes do SUS e assegurando atendimento adequado às mulheres, pessoas trans, travestis e pessoas com deficiência que estejam nessas unidades

de 2021.

"Ação 1846:

implementação de políticas públicas já é sobejamente comprovada por pesquisas diversas. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa ogislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000016/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação: 2217 - .

Finalidade: Apoiar a criação e manutenção de parcerias com instituições de ensino formal superior em cursos de extensão e especialização para estudos de gênero, raça e sexualidade." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária Atividade: 2217 - Apoio e Difusão de Pesquisas para Subsidiar Políticas Públicas para as Mulheres. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "e sexualidade". A redação sugerida visa assegurar que as políticas levam em conta a orientação sexual das mulheres, assim como sua identidade de

gênero, tendo em visa a importância dessas categorias para a inclusão de lésbicas, travestis e transexuais nessas políticas.
Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação,

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000017/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Acão 2284

Finalidade: Garantir suporte á aprendizagem distribuindo o material de apoio para os alunos da Educação Integral e Semi-integral adquirir e distribuir livros didáticos para os alunos e professores da rede estadual de ensino e livros paradidáticos para o acervo da biblioteca pública estadual, escolares e comunitárias, incluindo materiais com conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia, assim como conteúdos relativos à acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária "Atividade: 2284 - Ampliação do Suporte à Atividade Educacional para a Educação Integral e Semi-Integral", inserindo o trecho "incluindo materiais com conteúdos relativos a racismo, gênero, LGBTfobia, assim como conteúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição)".

A redação sugerida visa assegurar a aquisição e utilização de livros e demais materiais didáticos que contemplem conteúdos importantes para a sociedade como um todo e assegurar também a inclusão de pessoas com deficiência.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

EMENDA Nº 000018/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Acão 2506

Finalidade: Incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares e pescadores artesanais, principalmente, mulheres e jovens na perspectiva de proporcionar a profissionalização e fomentar o empreendedorismo rural. Esta ação, constituída por um conjunto de atividades, entre elas as feiras agroecológicas, deverá contribuir para a inserção produtiva e social de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades quilombolas, com a geração de renda e emprego, capazes de impactar positiva avaliação de resultado, por meio da produtividade." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária de número 2506 - Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania.

A redação sugerida visa garantir que as categorias de povos indígenas e comunidades quilombolas sejam incorporadas na execução dessa ação, tendo em vista serem segmentos extremamente vulnerabilizados e que demandam ações desta natureza.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição Estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000019/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 2741:

alidade: Realizar ações que envolvam a coordenação, produção e veiculação de informações institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em televisão, rádio e veículo de mídia impressa, assegurando acesso à comunicação para pessoas com deficiência." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária "Atividade: 2741 - Comunicação Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE", visando assegurar a acessibilidade nos meios de comunicação para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que

essas pessoas sejam consideradas na execução da ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000020/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Adequar a infraestrutura física do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco às necessidades de melhoria do atendimento ao cidadão, atendendo às especificidades das pessoas com deficiência." (NR)

lustificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária Atividade: Atividade: 2772 - Execução do Plano de Obras do Poder Judiciário de Pernambuco - PJPE, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam consideradas na execução da ação

Tendo em vista que o inciso I do \S 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000021/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianu período 2020-2023, exercício de 2021. rianual para o

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de sa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 2951:

Finalidade: Implementar políticas públicas sobre drogas, com foco nos grupos mais vulneráveis, visando a prevenção, o acolhimento, o atendimento e a (re)inserção sócio produtiva baseado nos princípios de redução de danos, através de ações regionalizadas e integradas com órgãos do governo, conselhos estaduais e municipais e articuladas com a sociedade." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 2951: Implantação de Políticas de Prevenção às Drogas.

O objetivo é implementar políticas públicas sobre drogas, com foco nos grupos mais vulneráveis, visando a prevenção, o acolhimento,

o atendimento e a (re)inserção sócio produtiva baseado nos princípios de redução de danos, através de ações regionalizadas e integradas com órgãos do governo, conselhos estaduais e municipais e articuladas com a sociedade.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano

plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à equação ao preceito constitucional. mpreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

orcamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orcamentária.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS

EMENDA Nº 000022/2020

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Aumentar a efetividade dos servicos prestados pelo CIODS às forcas policiais e à população, assegurando uma

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamentaria mendia em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentaria Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 3055 - Dinamização das Ações do Centro Integrado de Operações de Defesa Social - CIODS. A finalidade é aumentar a efetividade dos serviços prestados pelo CIODS às forças policiais e à população, assegurando uma comunicação sem interferência, com o rastreamento e filmagem das viaturas e disponibilidade de informações nos computadores, além

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020. JUNTAS

de permanente monitoramento com câmeras remotas instaladas nas vias públicas para inibição das ocorrências criminais.

r mainade. Aumentar a elevidade dos serviços presados pero croos as loiças portidais e a população, assecomunicação sem interferência, com o rastreamento e filmagem das viaturas e disponibilidade de informações nos compu

À 2ª comissão.

"Ação 3055:..

À 2ª comissão.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000025/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação

"Ação 3314:

Finalidade: Construir, reformar, ampliar, recuperar, adequar e equipar as escolas estaduais, incluindo as escolas indígenas, quilombolas e rurais, segundo padrões básicos de funcionamento estabelecidos pela Secretaria de Educação e Esportes, assegurando ainda a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência." (NR)

2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

Acemenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo as escolas quilombolas, rurais e indígenas e assegurando a acessibilidade para pessoas com deficiência, de modo a garantir que esses grupos sejam considerados na execução da ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual seiam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de

ação orcamentária "Atividade: 3314 - Expansão e Melhoria da Rede Escolar"

Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000023/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020

Projeto de revisão do Plano Pluria

período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Acão: 3126

Garantir o acesso da população dos municípios aos medicamentos básicos padronizados e os de dispensação excepcio inclusive os derivados da planta cannabis sativa produzidos por associações, mediante autorização legal." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular ação orçamentária Atividade: 3126 - Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos.

A finalidade é garantir o acesso da população dos municípios aos medicamentos básicos padronizados e os de dispensação excepcional, inclusive os derivados da planta *cannabis sativa* produzidos por associações, mediante autorização legal. A redação sugerida visa assegurar, com o primeiro trecho, que seja garantida a aquisição dos medicamentos básicos padronizados, tendo em vista que estes não estão citados em nenhuma rubrica do presente Projeto de Plano Plurianual e com o segundo trecho visa inconstruir o que seja do produce do plota canabila citado que se de plota como consecuencia de que se de plota canabila citado que se de plota como consecuencia de que se de plota canabila citado que se de plota con consecuencia de que se de plota de plot incorporar a aquisição de produtos da planta cannabis sativa que são de uso medicinal legalmente autorizado Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano

iranual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à mpleta adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

EMENDA Nº 000024/2020

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de

Ação 3196. "Inalidade: Promover a ampliação da cobertura dos serviços e eficiência da coleta e tratamento do esgotamento sanitário nas áreas urbanas e rurais do Estado." (NR)

"Acão 3198

2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

EMENDA Nº 000026/2020

odifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 3482

Finalidade: Implementar uma educação de qualidade para a cidadania de jovens e adultos, através da capacitação permanente dos profissionais de EJA, incluindo conteúdos relativos às temáticos de racismo, género, identidade de gênero e orientação sexual e sobre acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição), contemplando também profissionais que atuam nas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, respeitando as especificidades dessas populações." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária "Atividade: 3482 – Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Cidadania e do Trabalho".

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade supracitada, garantindo a contemplação de comunidades rurais, indígenas

e quilombolas e de conteúdos estratégicos na formação de professores/as.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constituciona Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000027/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

nalidade: Atender a população, garantindo os meios necessários para sobrevivência e reconstrução dos cenários atingidos pelos desastres, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária. "Atividade: 3727 - Resposta e Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres".

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que sejam priorizadas mães

iniparentais e idosos na execução da referida ação unipateitais e divosos ha execuçad da ferenda aquat. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o

período 2020-2023, exercício de 2021.

garantir que as áreas rurais do estado de Pernambuco de fato seja assegurado na execução dessa ação.

Justificativa

acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do Assini, elitioda hao consista classificação orçamentaria propieta, a linitariado contributi para compreta compreta compreta a programatica do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 3198 - Ampliação da Cobertura da Coleta e Tratamento do Esgotamento Sanitário. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "e rurais", visando

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000031/2020

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de

Finalidade: Reduzir o Déficit Habitacional e moradias inadequadas do Estado, estruturando, promovendo e fomentando programas de

Justificativa De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de

2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ayad organieriar roject. 4000 – Aminação da orienta de Trialação de Interesse social. A finalidade é reduzir o Déficit Habitacional e moradias inadequadas do Estado, estruturando, promovendo e fomentando programas de construção de novas moradias, locação social, melhorias habitacionais, entre outros.

A redação sugerida faz alusão ao fato de que por muito tempo as soluções habitacionais, especialmente as de enfrentamento do déficit quantitativo, foram focadas na construção de novas unidades habitacionais. Contudo, é preciso refletir nos programas habitacionais a

diversidade de formas de enfrentamento das necessidades habitacionais, especialmente considerando que o programa Minha Casa

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição Estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

> Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020 JUNTAS

construção de novas moradias, locação social, melhorias habitacionais, entre outros." (NR)

ação orçamentária Projeto: 4058 - Ampliação da Oferta de Habitação de Interesse Social.

legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

EMENDA Nº 000028/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Pluriano período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Atuar preventivamente junto à população residente em áreas de risco, bem como diminuir e recuperar as perdas das comunidades atingidas por calamidade e situação de emergência, priorizando mães uniparentais e idosos." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de De acordo com a influencia do Projeto de Lei Ordinaria in 1353/2020 – Projeto de revisacio do Prano Frinfantar 2020-2023, exercicio de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária "Atividade: 3728 - Ações de Defesa Civil à População".

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, objetivando que sejam priorizadas mães

veinade de apresentado que sejam priorizadas maes uniparentais e idosos na execução da referida ação. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000032/2020

À 2ª comissão

Minha Vida está praticamente paralisado.

2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4058:

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado, colocando à sua disposição as políticas públicas voltadas para os sistemas de produção das culturas, com ênfase na agricultura familiar, na agroecologia e na convivência com o semiárido." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

Assini, embor alla consista dessinicação orçamentaria propria, a initalidade combot para compreta com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, com o fito de garantir a inclusão da agroecologia e da convivência com o semiárido como componentes também prioritário dessa ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição Estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000029/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4012:

Finalidade: Adequar as instalações físicas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para melhor atender às demandas do serviço, assegurando acessibilidade a todas as pessoas com deficiência." (NR)

luctificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária Atividade: 4012 - Adequação das Instalações Físicas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPE, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam visantor asseguira la acessiminada para pessoas com os unerentes upos de dendenda, de m consideradas na execução da ação. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emend

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. ertas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000030/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação "Ação 4041:

Finalidade: Incrementar o atendimento à pecuária do Estado, contribuindo para o fortalecimento do rebanho, valorizando as espécies adaptadas às condições climáticas locais." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orcamentária de número 4041 - Ampliação da Assistência à Pecuária.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, com vistas a garantir a valorização das espécies de animais adaptadas às condições climáticas locais, evitando, pois, potenciais prejuízos aos pequenos produtores com a adoção de especiais não adequadas ao meio.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição Estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

EMENDA Nº 000033/2020

odifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4150: .

Finalidade: Promover a informatização e desburocratização do Funcultura; aprimorar suas rotinas de processamento administrativo interno e junto ao produtor; além da realização de ações de regionalização e fomento à cultura com elaboração e publicação de editais que atendam às diversas linguagens culturais, assegurando mecanismos de interiorização e descentralização, assim como assegurando a igualdade de gênero e raça na distribuição dos recursos." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária nº 4150 – Fomento à Produção Cultural por meio do Sistema de Incentivo à Cultura.

A redação sugerida visa garantir a utilização de mecanismos de interiorização e descentralização, assim como assegurar a igualdade de gênero e raça na distribuição dos recursos previstos na execução desta ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000034/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4184

Finalidade: Garantir a proteção física e psicológica das pessoas ameaçadas de morte e de grupos em situação de vulnerabilidade, como idosos, mulheres, LGBTs, negros e negras e defensores de direitos humanos." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária de número 4184 - Manutenção do Sistema Estadual de Proteção à Pessoa.

A finalidade e garantir a proteção física e psicológica das pessoas ameaçadas de morte e de grupos em situação de vulnerabilidade, como idosos, mulheres, LGBTs, negros e negras e defensores de direitos humanos.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000035/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4188:

Finalidade: Promover ações de interação da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco com a sociedade via produção de TV, tele atendimento e promoção de visitas, assegurando a acessibilidade para pessoas com deficiência." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de De acoldo com a influedução do Projeto de Lei Ordinalaria i 1932/2020 – Projeto de Fersia do Prairio Influentia 2022-2023, exercicio de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

ação orçamentária Atividade: 4188 - Promoção de Ações de Interação da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE com a Sociedade, visando assegurar a acessibilidade para pessoas com os diferentes tipos de deficiência, de modo a garantir que essas pessoas sejam consideradas na execução da ação.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa

legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000036/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de

2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação: 4218 –

Finalidade: Melhorar a circulação das vias urbanas, aprimorando a mobilidade na Região Metropolitana do Recife, proporcionando a população maior conforto e rapidez nos deslocamentos diários pelo transporte público de passageiros e por meios não motorizados.

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orcamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

A par disso, foi apresentada emerida ao Projeto de Lei Organientaria Andari i 1906/2021 com o manto de reformaria a miandado da ação orçamentária "Projeto: 4218 – Melhoria da Circulação nas Vias Urbanas".

A finalidade é melhorar a circulação das vias urbanas, aprimorando a mobilidade na Região Metropolitana do Recife, proporcionando a população maior conforto e rapidez nos deslocamentos diários pelo transporte público de passageiros e por meios não motorizados.

Dessa forma, toda população será beneficiada, haja vista que conforto e rapidez é uma reivindicação antiga dos usuários de transportes

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei o sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento

Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020

JUNTAS

EMENDA Nº 000037/2020

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

'Ação 4301:

Finalidade: Promover experimentos para aprimoramento tecnológico construtivo e social dos projetos e da promoção de habitação de interesse social e criar um programa de assistência técnica para habitação de interesse social que permita apoio direto às famílias que demandam por solução de moradia, utilizando metodologias de caráter participativo, através de parceria com municípios, universidades e organizações da sociedade civil." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades.

Assim, embora não consista classificação orcamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

Assini, entido a na occisiona classificação organificata proprieta de organiento, a medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 4301 – Pesquisa e Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social.

A redação sugerida explicita a necessidade de promoção de experimentos tecnológicos construtivos, mas também sociais. A troca do termo produção por promoção, amplia o foco das possíveis intervenções para uma diversidade maior de soluções habitacionais. Por fim, a substituição da parte que trata da oferta de serviços técnico por nova redação propões a criação de um programa de assistência técnica em consonância com a Lei Federal 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita.

. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orcamento de la litera de la litera de la litera de la litera de Constituição estadual exige que as entendas ao projeto de lei do o anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regiment desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000038/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 4310:

Finalidade: Desenvolver a economia criativa no Estado para geração de trabalho e renda através da criação de empreendimentos culturais, dando prioridade a jovens empreendedores, em acordo com a Lei Federal nº 12.852/2013." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária nº 4310 – Promoção de Ações para o Fortalecimento da Economia da Cultura em Pernambuco, dando prioridade

a jovens empreendedores.

A redação sugerida visa garantir que a categoria supracitada seja priorizada na execução dessa ação, haja vista a necessidade de garantir políticas públicas específicas e incentivadoras de jovens em nosso estado.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno

desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

JUNTAS

EMENDA Nº 000039/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação

Finalidade: Garantir atenção integral às pessoas gestantes, aos seus filhos e famílias, incentivando o fortalecimento dos vínculos afetivos, através de ações articuladas no campo da saúde, educação, desenvolvimento e assistência social, dando prioridade às pessoas negras." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

A par disse, not aprecentado e tributad en l'aprecentad e l'aprece pessoas negras.

pessoas legias.

A redação sugerida visa assegurar o adequado atendimento às gestantes negras, tendo em vista que já está comprovado, com as devidas evidências, que estas mulheres correm maiores riscos na gestação, parto e pós-parto, devido à prevalência de doenças cardiovasculares e hipertensivas nesta população.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que

as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

Deputada

EMENDA Nº 000040/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação "Ação 4327:

Finalidade: Implementar a Política de Atenção ao Servidor com ações de estímulo e valorização dos profissionais da educação e também estratégias de prevenção e enfrentamento à situações de violência e assédio moral a esses profissionais, assim como estratégias de proteção de sua saúde mental; promover, ainda, um programa inovador de formação continuada que contemple conteúdos relativos a racismo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, e conteúdos relativos a acessibilidade comunicacional (libras e audiodescrição), assim como demais ações de estímulo e valorização dos profissionais da educação." (NR)

Justificativa

acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas fin Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do

Assini, elitioda nao consista classificação orçamentaria propieta, a linitadade contributi para completa completa completa so programatica do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária "Atividade: 4327 - Qualificação Permanente dos profissionais da Secretaria de Educação e Esportes", inserindo políticas de atenção à violência, assédio moral e saúde mental do servidor e também incorporando temáticas importantes no programa de formação continuada.

A redação sugerida se justifica diante da necessidade de se promover, de imediato

A redação sugerina se justina dialite de a recessionade de se printoren, de intentato, medidas de prevenção e enfrentamento às diversas formas de violência que os profissionais da educação enfrentam em seu cotidiano, e também assegurar que o programa de formação continuada preencha lacunas hoje existentes, em relação a temáticas atuais e necessárias a formação desses profissionais

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000041/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Proieto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Ação 4435: Finalidade: Melhorar a atenção integral à saúde, através de políticas estratégicas voltadas para grupos específicos, buscando reduzir a morbimortalidade infantil; assegurar assistência aos portadores de doenças mentais; organizar serviços voltados para pessoas com deficiência; assegurar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do idoso; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População Negra; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População LGBT e assistir os municípios garantindo a prevenção, promoção, recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária. A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária Atividade: 4435 - Melhoria da Atenção Integral à Saúde - Políticas Estratégicas.

A finalidade é melhorar a atenção integral à saúde, através de políticas estratégicas voltadas para grupos específicos, buscando reduzir a morbimortalidade infantil; assegurar assistência aos portadores de doenças mentais; organizar serviços voltados para pessoas com deficiência; assegurar ações de promoção, prevenção e

recuperação da saúde do idoso; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População Negra; assegurar a plena implementação da Política de Saúde Integral da População LGBT e assistir os municípios garantindo a prevenção, promoção, recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores.

A redação sugerida visa assegurar que as políticas de saúde já estabelecidas para a população negra e a população LGBT sejam

plenamente implementadas e executadas em todos os serviços de saúde do estado.

. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual rendo en visia que o iniciso i to § 3 o art. 127 do activitada estadua exige que as eniendas ao projeto de lei do o sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Intelegislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000042/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Proieto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação: "Ação 4483: .

Finalidade: Promover a melhoria da gestão dos resíduos sólidos, inclusive resíduos oriundos da pesca artesanal, com a implantação de um instrumento de planejamento balizador de ações adequadas e eficientes ao tratamento e destinação final desses resíduos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 4483: Implantação do Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "resíduos oriundos da

pesca artesanal", visando garantir que a coleta e o tratamento deste tipo de residuo seja assegurado na execução dessa ação. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação,

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020

JUNTAS

À 2ª comissão.

EMENDA Nº 000043/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Pluriano período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:
"Ação 4596: Implantação das Ouvidorias Interna e Externa da Defensoria Pública do Estado (NR)
Finalidade: Implantar o canal de diálogo, através das ouvidorias interna e externa, com servidores e cidadãos usuários dos serviços

públicos estaduais, para registros relativos a casos de elogios, críticas consultas e outras ocorrências sobre a atuação dos órgãos, junto aos servidores, cidadãos e a sociedade em geral." (NR)

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de De acordo com a introdução do Projeto de Lei Ordinaria in 1569/2020 – Projeto de revisão do Priano Frinfantia 2020-2023, exercicio de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades. Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a ação orçamentária

de número 4596 -Implantação da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "através das ouvidorias interna e externa", consequentemente reformulando também seu título, visando abranger o maior número de pessoas possíveis na execução da referida ação.

Sala das Reuniões, em 04 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada

À 2ª comissão

EMENDA Nº 000044/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Proieto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

"Acão 4655:

nalidade: Produzir, retransmitir e manter no ar a programação do canal de televisão concedido ao estado de Pernambuco, priorizando artistas e produções locais." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 – Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da ação orçamentária de número 4655 - Operação e Manutenção do Sistema de Televisão do Estado.

A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando artistas"

e produções locais", visando garantir que os artistas e produções artístico-culturais do Estado de Pernambuco sejam priorizados na execução dessa ação

caecuçau dessa ayau. Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional. Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

JUNTAS

EMENDA Nº 000045/2020

Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 -Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021.

Artigo único. Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 - Projeto de revisão do Plano Plurianual para o período 2020-2023, exercício de 2021, passa a tramitar com a seguinte redação:

Finalidade: Fomentar projetos na área de eficiência hídrica e energética, priorizando as fontes de energias renováveis, visando contribuir para a sustentabilidade produtiva e ambiental do Estado." (NR)

Justificativa

De acordo com a Introdução do Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2020 — Projeto de revisão do Plano Plurianual 2020-2023, exercício de 2021, para cada Objetivo Estratégico são especificados os Programas com os objetivos e as ações com suas respectivas finalidades

Assim, embora não consista classificação orçamentária própria, a finalidade contribui para completa compreensão programática do orçamento, na medida em que anuncia o objetivo de cada ação orçamentária.

A par disso, foi apresentada emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 1568/2021 com o intuito de reformular a finalidade da

A par usso, lot apresentada e rindica de la Projeto de Lei Orçamentaria Aridat in 1500/2027 com o filindica de Indicade da ação orçamentária de número 4669 Apoio à Implantação de Projetos na Área de Eficiência Hídrica e Energética. A emenda ora apresentada pretende reformular a finalidade da ação orçamentária supracitada, inserindo o trecho "priorizando as fontes de energias renováveis", visando garantir que essa fontes sejam asseguradas na execução dessa ação, tendo em vista a seguridade de nossa população e de nosso ecossistema.

Tendo em vista que o inciso I do § 3º do art. 127 da Constituição estadual exige que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual

sejam compatíveis com o plano plurianual, a presente emenda, autorizada pelo inciso IV do art. 206 do Regimento Interno desta Casa legislativa, é necessária à completa adequação ao preceito constitucional.

Certas da compreensão dos nobres Pares, solicitamos a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 05 de Novembro de 2020.

JUNTAS Deputada